



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

26 de fevereiro

de 2021

Governo pode reduzir ICMS para motoristas de aplicativo e taxistas

Medida é analisada pela Sefaz após motoristas de aplicativos realizarem três protestos em São Luís devido à alíquota do imposto ser de 28,5%

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) confirmou a possibilidade de reduzir o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis para taxistas e motoristas de aplicativos no Maranhão.

A análise técnica ocorre depois de O Estado revelar que o consumidor chega a pagar mais de R\$ 2,00 somente em ICMS por litro de gasolina abastecido no território estadual e depois de motoristas de aplicativos realizarem três protestos na capital contra o governador Flávio Dino (PCdoB) por causa da cobrança elevada do ICMS.

Depois de questionada se existia no âmbito da pasta um estudo que visasse por objetivo reduzir os impostos sobre os combustíveis às duas categorias citadas, a Sefaz confirmou e explicou, por meio de nota, que aguarda parecer sobre a constitucionalidade da medida.

"A Secretaria de Estado da Fazenda - Sefaz - informa que a proposta está em análise à luz do cenário atual, das disposições constitucionais que versam sobre o tema e da Lei de Responsabilidade Fiscal", destaca a nota.

Mudou

O posicionamento oficial da Sefaz em relação à possibilidade de reduzir o ICMS sobre combustíveis, contudo, mudou em menos de uma semana.



Governo de Flávio Dino estuda redução de alíquota do ICMS da gasolina para taxistas e motoristas de app

Na última segunda-feira, ao se manifestar sobre o tema num pedido de nota feito pela equipe de O Estado - com pergunta objetiva sobre a redução ou não do imposto -, a secretaria disse que não teria "poder" para instituir a medida.

"A Sefaz informa que não tem poder por si só de reduzir o ICMS de combustível. Nacionalmente, a tributação dos combustíveis é ordenada pelo Convênio 110 do ano de 2007 do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), que estabelece que a base de cálculo do imposto é o preço máximo ou único de venda ao consumidor final, fixado por autoridade competente. Os Secretários de Fazenda de to-

do o país entendem que o tema é relevante e deve ser discutido dentro da proposta de Reforma Tributária que se encontra no Congresso Nacional", destacou a pasta naquela ocasião.

Cobrança elevada

A discussão do tema ganhou notoriedade após o deputado estadual Wellington do Curso (PSDB) denunciar a cobrança elevada de imposto no estado, de mais de R\$2,00 a cada litro de combustível abastecido nas bombas. Ele sustentou a informação com base nos dados do Ato Cotepe/PMP, número 2, de 22 de janeiro deste ano, publicado no Diário Oficial da União.

Na tabela apresentada naquela ocasião, havia a cobrança de 30,5% de impostos sobre a gasolina comum, gasolina aditivada e sobre o etanol, no estado sendo 28,5% de ICMS e 2% para o Fumacop.

A percentagem correspondia a R\$ 1,44 na gasolina comum; R\$ 2,03 na aditivada e R\$ 0,71 no etanol. Já sobre o gás de cozinha há uma cobrança de 14%, que equivale a R\$ 30,17 em impostos.

Depois disso houve a elevação do preço de referência de combustíveis e do gás de cozinha do Maranhão, o que provocou a onda de protestos. Por isso, o Governo agora estuda baixar o ICMS para algumas categorias.

Ação na Justiça pede a redução do imposto

Tramita na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís uma Ação Popular proposta pelo deputado estadual Wellington do Curso (PSDB).

No bojo da ação, Wellington pede a concessão de tutela de urgência em ação popular para "invalidar ato ilegal e lesivo à moralidade perpetrado pelo Estado do Maranhão, condenando-o a suspender a atual base de cálculo do ICMS aplicável a gasolina e que este seja obrigado a utilizar o preço médio indicado pela ANP anterior

ao Ato Cotepe/02/2021, correspondente a R\$ 4,54, gasolina comum e R\$ 4,64 gasolina aditivada, como base de cálculos para a aplicação de ICMS".

O parlamentar quer que o Estado seja condenado a reduzir a alíquota aplicável de gasolina de 28,5% para 18% de imposto, conforme norma geral da Lei nº 7.798/02.

Para o tutameo, o chefe do Executivo manipulou legislação estadual para arcarar um valor maior de ICMS sobre os combustíveis. Ele explicou que os combustíveis foram adicionados na categoria de pro-

duto superfluo, justamente para elevar a alíquota do imposto.

"É lamentável que o governador Flávio Dino seja capaz de manipular uma legislação, de incluir o combustível no rol de produtos superfluos e, ainda assim, tenha a coragem de dizer que não tem culpa alguma. Basta analisar o art. 25, VII, "f" da Lei Estadual 7.799/02 e ver que, entre as alíquotas, a gasolina é identificada no último parágrafo, o que por si só já indica sua classificação como mercadoria superflua para o Estado do Maranhão. Nos preâmbulos corrigir essa injustiça contra a população", disse.

dução superflua, justamente para elevar a alíquota do imposto.

"É lamentável que o governador Flávio Dino seja capaz de manipular uma legislação, de incluir o combustível no rol de produtos superfluos e, ainda assim, tenha a coragem de dizer que não tem culpa alguma. Basta analisar o art. 25, VII, "f" da Lei Estadual 7.799/02 e ver que, entre as alíquotas, a gasolina é identificada no último parágrafo, o que por si só já indica sua classificação como mercadoria superflua para o Estado do Maranhão. Nos preâmbulos corrigir essa injustiça contra a população", disse.

Eleição da nova mesa diretora do TRE/MA ocorre na segunda-feira

Antes da eleição, que deverá confirmar o desembargador José Joaquim Figueiredo no comando do TRE, ocorrerá sessão solene para a posse da desembargadora do Tribunal de Justiça, Ângela Salazar

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Maranhão realiza na próxima segunda-feira, dia 1º de março, às 16h, sessão solene de posse da desembargadora Ângela Salazar como membro efetivo da Corte, e, em ato contínuo, eleição e posse do novo presidente, vice-presidente e corregedor do tribunal.

A sessão será presidida pelo desembargador Joaquim Figueiredo, que deve exercer o cargo de presidente interino do órgão. O magistrado já atuou como presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão e foi corregedor eleitoral no Maranhão por duas vezes.

Logo após a posse de Salazar, que ocupará a vaga aberta em razão do fim do biênio do desembargador Tyrone Silva (26/02/21), os membros da Corte irão escolher a composição da nova Mesa Diretora.

De acordo com o Regimento In-



José Joaquim Figueiredo deverá ser confirmado presidente do TRE

terno, os cargos de presidente e de vice e corregedor só podem ser ocupados por desembargadores. Concorrerem os magistrados Joaquim Figueiredo e Justamente Ângela Salazar.

Em razão da pandemia provocada pela Covid-19, as referidas solenidades serão realizadas por videoconferência que será transmitida ao vivo pelo canal do TRE/MA do YouTube. Na mesma oportunidade, a nova membro será condecorada com a Medalha do Mérito

Eleitoral Ministro Arthur Quadros Collares Moreira, maior honraria da Justiça Eleitoral maranhense.

Eleições

A nova Mesa Diretora do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão é quem vai conduzir o processo eleitoral de 2022 no Maranhão, quando serão eleitos deputados federais, senador (1 vaga), além de presidente e vice da República.

O pleito definirá a nova composição da bancada maranhense no Congresso Nacional e a disputa por reeleição do presidente da República, Jair Bolsonaro.

Os magistrados serão os responsáveis por cuidar da organização do processo eleitoral (alistamento eleitoral, votação, apuração dos votos, diplomação dos eleitos etc.) e garantir, no âmbito da Justiça Eleitoral, respeito à soberania popular e à cidadania. ●

ESTADO MAIOR

Ações de última hora

Os dados da Secretaria Estadual de Saúde (SES) apontam que quase 5 mil maranhenses já morreram em decorrência da Covid-19. No Brasil, a marca passou de 250 mil pessoas. No Maranhão, a lotação em hospitais públicos e privados mantém a marca de mais de 90% dos leitos de UTI.

E diante do aumento de casos de contaminados pelo novo coronavírus, agora órgãos se mobilizam para tentar evitar aglomerações. O alvo, claro, o setor de entretenimento. Bares e restaurantes com música ao vivo e mecânica serão alvo de fiscalização. Dessa vez, pelo Ministério Público Estadual.

A ação de agora, claro, é válida. No entanto, o Ministério Público do Maranhão poderia ter se manifestado bem antes em relação à pandemia. As eleições passaram sem qualquer interferência do órgão. A campanha nas ruas aconteceu com aglomerações a cada dia, de agosto a setembro de 2020.

Agora, com toda validade, o MP tenta evitar mais aglomerações. Além dos bares e restaurantes, o órgão tenta organizar a questão do transporte público. Como? Não se sabe. As conversas estão acontecendo entre o MP e demais órgãos competentes.

O difícil mesmo é apagar da memória da sociedade a imagem observada em outras ocasiões com a pandemia da Covid-19, sem qualquer ação efetiva para impedir aglomerações ou preocupação com o sistema de saúde do estado.

Alvo

A mais recente ação do Ministério Público foi uma reunião feita pela promotoria do Distrito da Geomorfologia, Lina Casularia.

Ela se reuniu com representantes de órgãos de fiscalização do município de São Luís para que fossem expostas nove recomendações do MP para vários segmentos.

Entretenimento e transporte público são os alvos principais das recomendações do MP na capital.

Decisão

O Pios destituiu de ação contra o presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto (PCdoB), com contestação sobre a sua reeleição para o posto principal da Casa.

Além disso, o ministro Alexandre de Moraes descartou, em sua decisão, qualquer ilegalidade na condução de Othelino ao Legislativo maranhense, que ocorreu ainda em 2019.

A ação do Pios foi vista como um movimento político contra Othelino Neto, que faz parte da base aliada do governador Flávio Dino (PCdoB).

Redução

O governo do Maranhão ainda estuda a possibilidade de reduzir, temporariamente, a alíquota do ICMS para taxistas e motoristas de aplicativos.

O estudo veio após manifestações dos trabalhadores da área que protestam contra o aumento do combustível, direcionando o alto valor somente à alíquota do imposto.

Secundariamente, a redução pode chegar a mais de 10% pelos próximos dois meses para taxistas e motoristas de aplicativos.

Requerimento

O estudo ocorre também após requerimento do deputado estadual Duane Júnior (Republicanos).

Ele, na proposta, expôs dados que demonstram a importância da redução do imposto para os trabalhadores de taxi e aplicativos.

Além disso, há uma carta para que a tal redução da alíquota do ICMS em combustíveis aconteça na prática.

Mudança

A votação pela manutenção da prisão do deputado do PSL do Rio de Janeiro, Daniel Silveira, ainda tem repercussão no Maranhão.

Como anunciado pelo próprio presidente do PTB, Roberto Jefferson, o deputado federal Pedro Lucas Ferraz não comanda mais o partido no Maranhão.

Jefferson cobrou a deputada estadual Mical Damasceno para comandar a legenda no Maranhão. A decisão de Jefferson veio após Pedro Lucas votar pela manutenção da prisão de Silveira.

DE OLHO
R\$ 4,91
é o valor médio do litro da gasolina no Maranhão, segundo dados do próprio governo estadual. Em São Luís, o litro do combustível chegou a R\$ 5,29. Valor bem diferente.

Posse

O desembargador José Joaquim Figueiredo será eleito presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Maranhão para o próximo biênio 2021/2022.

Na próxima segunda-feira, a nova membro da Corte Eleitoral, desembargadora Ângela Salazar, assumirá sua cadeira no TRE e ficará como corregedora eleitoral.

José Joaquim assumirá o lugar do também desembargador Tyrone Silva, que concluiu seu biênio agora no mês de fevereiro.

E MAIS

* O prefeito Eduardo Braide (Podemós) acompanhou no bairro Chácaras Brasil a inauguração da operação tapa-buracos que será realizada em ruas e avenidas de toda a cidade.

* A operação tem o objetivo de melhorar a trafegabilidade e garantir mais segurança e mobilidade no trânsito da capital.

* As equipes da Polícia Militar realizaram de forma simultânea em diferentes pontos, recuperando o pavimento nos bairros e nos principais corredores de tráfego.

Ações de última hora - ESTADO MAIOR

ESTADO MAIOR

Os dados da Secretaria Estadual de Saúde (SES) apontam que quase 5 mil maranhenses já morreram em decorrência da Covid-19. No Brasil, a marca passou de 250 mil pessoas. No Maranhão, a lotação em hospitais públicos e privados mantém a marca de mais de 90% dos leitos de UTI.

E diante do aumento de casos de contaminados pelo novo coronavírus, agora órgãos se mobilizam para tentar evitar aglomerações. O alvo, claro, o setor de entretenimento. Bares e restaurantes com música ao vivo e mecânica serão alvo de fiscalização. Dessa vez, pelo **Ministério Público** Estadual.

A ação de agora, claro, é válida. No entanto, o **Ministério Público** do Maranhão poderia ter se manifestando bem antes em relação à pandemia. As eleições passaram sem qualquer interferência do órgão. A campanha nas ruas aconteceu com aglomerações a cada dia, de agosto a setembro de 2020.

Agora, com toda validade, o MP tenta evitar mais aglomerações. Além dos bares e restaurantes, o órgão tenta organizar a questão do transporte público. Como?

Não se sabe. As conversas estão acontecendo entre o MP e demais órgãos competentes.

O difícil mesmo é apagar da memória da sociedade a apatia observada em outras ocasiões com a pandemia da Covid-19, sem qualquer ação efetiva para impedir aglomerações ou preocupação com o sistema de saúde do estado.

Alvo A mais recente ação do **Ministério Público** foi uma reunião feita pela promotora do **Direito do Consumidor**, Lítia Cavalcante.

Ela se reuniu com representantes de órgãos de fiscalização do município de São Luís para que fossem expostas nove recomendações do MP para vários segmentos.

Entretenimento e transporte público são os alvos principais das recomendações do MP na capital.

Decisão O Pros desistiu de ação contra o presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto (PCdoB), com contestação sobre a sua reeleição para o posto

principal da Casa.

Além disso, o ministro Alexandre de Moraes descartou, em sua decisão, qualquer ilegalidade na recondução de Othelino ao Legislativo maranhense, que ocorreu ainda em 2019.

A ação do Pros foi vista como um movimento político contra Othelino Neto, que faz parte da base aliada do governador Flávio Dino (PCdoB).

Redução O governo do Maranhão ainda estuda a possibilidade de reduzir, temporariamente, a alíquota do ICMS para taxistas e motoristas de aplicativos.

O estudo veio após manifestações dos trabalhadores da área que protestaram contra o aumento do combustível, direcionando o alto valor somente à alíquota do imposto.

Se confirmada, a redução pode chegar a mais de 10% pelos próximos dois meses para taxistas e motoristas de aplicativos.

Requerimento O estudo ocorre também após requerimento do deputado estadual Duarte Júnior (Republicanos).

Ele, na proposta, expôs dados que demonstram a importância da redução do imposto para os trabalhadores de táxi e aplicativos.

Ainda não há data certa para que a tal redução da alíquota do ICMS em combustíveis aconteça na prática.

Mudança A votação pela manutenção da prisão do deputado do PSL do Rio de Janeiro, Daniel Silveira, ainda tem repercussão no Maranhão.

Como anunciado pelo próprio presidente do PTB, Roberto Jeferson, o deputado federal Pedro Lucas Fernandes não comanda mais o partido no Maranhão.

Jeferson colocou a deputada estadual Mical Damasceno para comandar a legenda no Maranhão. A decisão de Jeferson veio após Pedro Lucas votar pela manutenção da prisão de Silveira.

Posse O desembargador José Joaquim Figueiredo será eleito presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Maranhão para o próximo biênio 2021/2022.

Na próxima segunda-feira, a nova membro da Corte Eleitoral, desembargadora Ângela Salazar, assumirá sua cadeira no TRE e ficará como corregedora eleitoral.

José Joaquim assumirá o lugar do também desembargador Tyrone Silva, que concluiu seu biênio agora no mês de fevereiro

E MAIS

O prefeito Eduardo Braide (Podemos) acompanhou no bairro Chácara Brasil o início da operação tapa-buracos que será realizada em ruas e avenidas de toda a cidade.

A operação tem o objetivo de melhorar a trafegabilidade e garantir mais segurança e mobilidade no trânsito da capital.

As equipes da Prefeitura trabalharão de forma simultânea em diferentes pontos, recuperando o pavimento nos bairros e nos principais corredores de tráfego.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2021/02/26>

/

2 George Raposo
E-mail: gdnamite@gmail.com

POLÍTICA

O IMPARCIAL
oimparcial.com.br

São Luís, sexta-feira, 26 de fevereiro de 2021

AUXÍLIO

Entenda o fim de gasto com saúde e educação

PEC Emergencial pode viabilizar a retomada do auxílio para trabalhadores informais, mas traz consigo uma série de polêmicas

Quem perdeu a fonte de renda na pandemia e está ansioso para saber quando o governo vai voltar a pagar o auxílio emergencial para trabalhadores informais talvez esteja confuso com as notícias mais recentes sobre o assunto.

Final, o que tem a ver o auxílio emergencial com o fim do gasto mínimo obrigatório com saúde e educação? Ou com o repasse de receitas do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)?

A resposta é: nada. Mas o governo resolveu aproveitar a urgência da retomada do auxílio em meio à piora da crise sanitária para incluir a medida em uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que estava parada no Congresso desde 2019 e que trata de uma série de assuntos complexos e polêmicos.

"Existe um crime no código penal que é o sequestro; a extorsão é um valor em dinheiro, mediante a restrição da liberdade de alguém. Me parece, fazendo uma analogia, que estão extorquindo os pilos da saúde e educação, extorquindo a proteção social que existe na Constituição para os direitos fundamentais, mediante o sequestro do auxílio emergencial", critica Elida Graziane, procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo.

Diante da polêmica, a expectativa é de que a votação da PEC Emergencial (PEC 186/2019) no Senado, prevista para quinta-feira (25/02), seja adiada, possivelmente para a próxima semana.

"Entendo a lógica do Ministério da Economia, porque o ministro Paulo Guedes tem essa proposta da PEC Emergencial desde 2019 e não viu oportunidade para ela avançar. Agora, como existe essa demanda pelo auxílio, ele tentou colocar as duas coisas na mesa. O problema é o seguinte: o auxílio é para ontem", avalia Felipe Salto, diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado Federal.

1) Pagamento do auxílio emergencial em 2021

O ponto mais relevante da PEC Emergencial no contexto atual é o seu artigo 3º, que permite a retomada do auxílio emergencial neste ano.

O teto de gastos impede que a despesa do governo cresça mais do que a inflação do ano anterior e a regra de ouro barra que o governo tome dívida para pagar despesas correntes. Já a meta de resultado primário é um limite estabelecido pelo próprio governo para a diferença entre suas receitas e despesas. Como desde 2014 os gastos públicos têm superado a arrecadação, essa meta atualmente é de déficit.

No modelo definido pela PEC, o pagamento será feito através um crédito extraordinário e, por conta disso, o governo não vai precisar fazer esse gasto extra caber no Orçamento de 2021, o que exigiria compensações, como cortes de outras despesas ou aumento de receita.

2) Fim do gasto mínimo com saúde e educação em todas as esferas de governo

Se o ponto mais relevante da PEC Emergencial é o que permite a retomada do auxílio, o mais polêmico, sem dúvida, é aquele que prevê a extinção dos valores mínimos a serem investidos em educação e saúde.

Na saúde, o gasto mínimo foi introduzido na Constituição de 1988, que criou o SUS (Sistema Único de Saúde). Já na educação, o piso surgiu em 1934, tendo sido revogado duas vezes na história: em 1937, durante a ditadura do Estado Novo, e em 1967, durante o regime militar.

3) Menos recursos para o BNDES

Um outro ponto polêmico na atual proposta da PEC Emergencial é o que revoga o repasse de 28% das receitas do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) ao BNDES. A mudança já havia sido tentada durante a reforma da Previdência, mas não prosperou naquela ocasião.

4) Mecanismos de ajuste fiscal para União, Estados e municípios

O texto da PEC também prevê a inclusão, na Constituição, de uma série de mecanismos para ajuste fiscal e redução do endividamento do governo federal, Estados e municípios. Pela nova regra, quando as despesas obrigatórias da União ultrapassarem 95% das despesas primárias totais, os gatilhos serão acionados. Ficariam vedadas, por exemplo, reajustes do salário mínimo acima da inflação, aumentos salariais para o funcionalismo, realização de concursos públicos, concessão ou ampliação de subsídios fiscais, entre vários outros pontos.

DISCUSSÃO

Justiça suspende coleta de lixo de grandes empresas em São Luís

Uma reunião convocada pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), ontem, pretende ajudar a encontrar uma solução para o imbróglio da suspensão da coleta de lixo nos estabelecimentos considerados grandes geradores de rejeitos na cidade, que superam a marca de 200 litros por dia, o que tem ocasionado o acúmulo de lixo em diversos pontos da capital e, conseqüentemente, transtornos para empresas, cidade e comunidade. A interrupção do recolhimento do lixo é uma decisão referente ao descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pela Prefeitura de São Luís, firmado sete anos atrás, entre o Ministério Público e o município, cuja obrigação é a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

A decisão proferida pelo juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, Douglas Melo Martins, inclui, entre outras medidas, a suspensão imediata da coleta de resíduos de todos os estabelecimentos que produzem mais de 200l de lixo por dia, o que inclui hotéis, bares, restaurantes, shoppings centers, centros comerciais, entre outros, já que estes, como prevê a lei de resíduos sólidos, deverão assumir os custos de coleta de seus resíduos de forma privada, contratando uma empresa para o recolhimento e destinação adequada dos rejeitos.

INDÚSTRIA

Em busca de uma resolução em prol das empresas maranhenses, a FIEMA levou para a reunião da Comissão Estratégica do Conselho Temático de Meio Ambiente da Federação, a discussão sobre a proposta de um acordo para solução temporária do problema da suspensão da coleta até que as empresas possam se adequar ao cumprimento da decisão judicial e possam analisar o Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos - Lei 14.026/2020 apresentado pela Prefeitura de São Luís.

Conduzida pela presidente do Sindicato das Indústrias de Reparação Automotiva do Estado do Maranhão (Sindirepa), Leonor de Carvalho, que integra também a diretoria do conselho temático, com a participação do superintendente da FIEMA, César Miranda, e do consultor de meio ambiente da entidade, Antônio Fernandes, a reunião teve como convidado, o presidente do Comitê Gestor de Limpeza Urbana da Prefeitura de São Luís (CGLU), Jobson Júnior, que esclareceu as dúvidas dos empresários acerca do tema, sinalizando as providências que estão sendo tomadas pelo poder municipal para o retorno das atividades de coleta, que deverá estar em consonância com o disposto na legislação.

"Nossos conselhos temáticos tem essa função, de trazer para debate os temas que são de interesse das indústrias, das empresas maranhenses, e a questão do meio ambiente se encaixa nesse aspecto, já que todas as empresas terão, também, que elaborar seus planos de gerenciamento de resíduos e organizar, armazenar, coletar e destinar corretamente os rejeitos", explicou Leonor de Carvalho. Para isso, as empresas do setor industrial estão pedindo à prefeitura que negocie com o Ministério Público um prazo para elaboração de seus planos de gerenciamento e também para adequação de seus espaços para o cumprimento das exigências da lei. Como encaminhamento, o presidente da CGLU se comprometeu a verificar os encaminhamentos jurídicos para resolução da questão junto ao juízo da vara de Interesse Coletivo.

ENTENDA O PROBLEMA

A decisão que obrigou a prefeitura de São Luís a suspender a coleta, ocorrida no dia 24, indica que o município não possui de forma definida um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que explicita, de forma organizada, como a cidade lida com o lixo (coleta, armazenagem e destinação), descumprindo, portanto, a Lei 12.305/2010. Em razão disso, também determinou, além da suspensão imediata da coleta de resíduos de todos os estabelecimentos que se enquadram como grandes geradores de resíduos, a apresentação de listagem atualizada dessas empresas e a apresentação, em 72 horas, dos comprovantes legais de elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, assim como a comunicação pessoal de todos os fatos ao atual prefeito municipal, Eduardo Braide. Em resposta às dúvidas dos empresários, o presidente do CGLU, Jobson Júnior, explicou, em reunião com a FIEMA, que a prefeitura teve que cumprir a decisão judicial, mas submeterá à procuradoria do município a proposta da FIEMA para a construção de uma proposta de acordo a ser apresentada ao Ministério Público para a retomada da coleta provisoriamente, até que as empresas se adequem às normas legais. "Não há interesse nenhum da prefeitura em deixar de recolher os rejeitos, pois causa um impacto político, social e de saúde na cidade, em plena pandemia". Outra questão levantada por empresários que participaram da reunião é que nem todas as empresas que tiveram a coleta de seus resíduos suspensa geram mais de 200 litros de rejeitos por dia. Para sanar esta questão o presidente do comitê sugeriu: "Essas empresas também terão que elaborar seus planos de gerenciamento de resíduos, comprovando quanto geram de lixo e como é armazenado e destinado, e apresentar junto a Semosp, no Comitê Gestor de Limpeza Urbana, para que sejam retiradas da lista e possam ter sua coleta restabelecida", explicou o representante da prefeitura.

MESA DIRETORA

Assembleia define comissões permanentes



DEPUTADO ADELMOO SOARES PASSA A PRESIDIR A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Maranhão editou a Resolução 235/2021, publicada no Diário Oficial de terça-feira (23), nomeando os novos membros das Comissões Permanentes da Casa, conforme as indicações apresentadas pelos Blocos Parlamentares. Destaque para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que esteve sob o comando do deputado Ricardo Rios (PDT) e passa agora para a direção do deputado Adelmoo Soares (PC do B), tendo como titulares os deputados Dr. Yglesio (PROS), Rafael Leitão (PDT), Neto Evangelista (DEM), Ciro Neto (PP) e Wendel Lages (PMN). Durante a sessão plenária desta quarta-feira (24), o deputado Adelmoo Soares destacou a importância de presidir a mais importante comissão da Casa e como pretende conduzir os trabalhos. "Quem me conhece, e conhece o meu trabalho, sabe da seriedade e garra com que levo os desafios a mim creditados. E dessa vez não será diferente. Esperem de mim muito trabalho, compromisso e celeridade aos projetos que tramitam na CCJ, pois, o meu grande propósito é, e sempre será, garantir e defender os interesses do povo maranhense", afirmou Adelmoo. A CCJ terá como suplentes os deputados Ricardo Rios, Antônio Pereira

(DEM), Zé Inácio (PT), Zito Rolim (PDT), Drª Thaiza Hortegal (PP) e Roberto Costa (MDB). A Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle deixou de ser presidida por Neto Evangelista (DEM) e passa agora para o comando de Ricardo Rios, tendo ainda como titulares, Edivaldo Holanda (PTC), Carlinhos Florêncio (PC do B), Mical Damasceno (PTB), Ciro Neto (PP) e Roberto Costa. Na suplência, os deputados Dr. Yglesio, Neto Evangelista, Antônio Pereira, Edson Araújo (PSB), Fábio Braga (Solidariedade) e Socorro Waquim (MDB).

Educação e Cultura

Por sua vez, a Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia, que esteve sob a presidência de Duarte Júnior (PR), passa à direção de Mical Damasceno, e tem como titulares Zé Inácio, Edivaldo Holanda, Professor Marco Aurélio (PC do B), Fábio Braga e Betel Gomes, com os suplentes Adelmoo Soares, Neto Evangelista, Carlinhos Florêncio, Pastor Cavalcante (PRB), Drª Thaiza Hortegal e Socorro Waquim.

Na Comissão de Administração Pública, Seguridade Social e Relações do Trabalho, as mudanças estabeleceram a saída do deputado Zito Rolim

da presidência, que passa para o deputado Ricardo Rios, e os titulares professor Marco Aurélio, Antônio Pereira, Edson Araújo, Drª Helena Duailibe (Solidariedade) e Socorro Waquim. Os suplentes são: Edivaldo Holanda, Carlinhos Florêncio, Pastor Cavalcante, Zito Rolim, Ciro Neto e Betel Gomes. Para a Comissão de Saúde, que vinha sendo dirigida por Carlinhos Florêncio, foi designado para a presidência o deputado Antônio Pereira, e, como titulares, Pastor Cavalcante, Carlinhos Florêncio, Dr. Yglesio, Drª Helena Duailibe e Arnaldo Melo (MDB). Os suplentes são: Zé Inácio Lula, Rafael Leitão (PDT), Edivaldo Holanda, Zito Rolim, Drª Thaiza Hortegal e Betel Gomes.

Assuntos Municipais

A Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional, que teve o deputado Paulo Neto como presidente, será comandada a partir de agora por Neto Evangelista, tendo como titulares Pastor Cavalcante, Carlinhos Florêncio, Drª Yglesio, Drª Thaiza Hortegal e Wendel Lages (PMN). Foram designados como suplentes os deputados Dr. Yglesio, Professor Marco Aurélio, Ricardo Rios, Antônio Pereira, Fábio Braga e Betel Gomes.

Justiça suspende coleta de lixo de grandes empresas em São Luís

Uma reunião provocada pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), ontem, pretende ajudar a encontrar uma solução para o imbróglio da suspensão da coleta de lixo nos estabelecimentos considerados grandes geradores de rejeitos na cidade, que superam a marca de 200 litros por dia, o que tem ocasionado o acúmulo de lixo em diversos pontos da capital e, conseqüentemente, transtornos para empresas, cidade e comunidade. A interrupção do recolhimento do lixo é uma decisão referente ao descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pela Prefeitura de São Luís, firmado sete anos atrás, entre o **Ministério Público** e o município, cuja obrigação é a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

A decisão proferida pelo juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, Douglas Melo Martins, inclui, entre outras medidas, a suspensão imediata da coleta de resíduos de todos os estabelecimentos que produzem mais de 200l de lixo por dia, o que inclui hotéis, bares, restaurantes, shoppings centers, centros comerciais, entre outros, já que estes, como prevê a lei de resíduos sólidos, deveriam assumir os custos de coleta de seus resíduos de forma privada, contratando uma empresa para o recolhimento e destinação adequada dos rejeitos.

INDÚSTRIA

Em busca de uma resolução em prol das empresas maranhenses, a FIEMA levou para a reunião da Comissão Estratégica do Conselho Temático de Meio Ambiente da Federação, a discussão sobre a proposta de um acordo para solução temporária do problema da suspensão da coleta até que as empresas possam se adequar ao cumprimento da decisão judicial e possam analisar o Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos -Lei 14.026/2020 apresentado pela Prefeitura de São Luís.

Conduzida pela presidente do Sindicato das Indústrias de Reparação Automotiva do Estado do Maranhão (Sindirepa), Leonor de Carvalho, que integra também a diretoria do conselho temático, com a participação do superintendente da FIEMA, César Miranda, e do consultor de meio ambiente da entidade, Antônio Fernandes, a reunião teve como convidado, o presidente do Comitê Gestor de Limpeza Urbana da

Prefeitura de São Luís (CGLU), Joabson Júnior, que esclareceu as dúvidas dos empresários acerca do tema, sinalizando as providências que estão sendo tomadas pelo poder municipal para o retorno das atividades de coleta, que deverá estar em consonância com o disposto na legislação.

"Nossos conselhos temáticos tem essa função, de trazer para debate os temas que são de interesse das indústrias, das empresas maranhenses, e a questão do meio ambiente se encaixa nesse aspecto, já que todas as empresas terão, também, que elaborar seus planos de gerenciamento de resíduos e organizar, armazenar, coletar e destinar corretamente os rejeitos", explicou Leonor de Carvalho. Para isso, as empresas do setor industrial estão pedindo à prefeitura que negocie com o **Ministério Público** um prazo para elaboração de seus planos de gerenciamento e também para adequação de seus espaços para o cumprimento das exigências da lei. Como encaminhamento, o presidente da CGLU se comprometeu a verificar os encaminhamentos jurídicos para resolução da questão junto ao juízo da vara de Interesse Coletivo.

ENTENDA O PROBLEMA

A decisão que obrigou a prefeitura de São Luís a suspender a coleta, ocorrida no dia 24, indica que o município não possui de forma definida um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que explicita, de forma organizada, como a cidade lida com o lixo (coleta, armazena e destina), descumprindo, portanto, a Lei 12.305/2010. Em razão disto, também determinou, além da suspensão imediata da coleta de resíduos de todos os estabelecimentos que se enquadram como grandes geradores de resíduos, a apresentação de listagem atualizada dessas empresas e a apresentação, em 72 horas, dos comprovantes legais de elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, assim como a comunicação pessoal de todos os fatos ao atual prefeito municipal, Eduardo Braide. Em resposta às dúvidas dos empresários, o presidente do CGLU, Joabson Júnior, explicou, em reunião com a FIEMA, que a prefeitura teve que cumprir a decisão judicial, mas submeterá à procuradoria do município a proposta da FIE-MA para a construção de uma proposta de acordo a ser apresentada ao **Ministério Público** para a retomada da coleta provisoriamente,

até que as empresas se adequem às normas legais. "Não há interesse nenhum da prefeitura em deixar de recolher os rejeitos, pois causa um impacto político, social e de saúde na cidade, em plena pandemia". Outra questão levantada por empresários que participaram da reunião é que nem todas as empresas que tiveram a coleta de seus resíduos suspensa geram mais de 200 litros de rejeitos por dia. Para sanar esta questão o presidente do comitê sugeriu: "Essas empresas também terão que elaborar seus planos de gerenciamento de resíduos, comprovando quanto geram de lixo e como é armazenado e destinado, e apresentar junto à Semosp, no Comitê Gestor de Limpeza Urbana, para que sejam retiradas da lista e possam ter sua coleta restabelecida", explicou o representante da prefeitura.

Site:

<https://banca.oimparcial.com.br/oimparcial/2021/02/4092>

5/

6 Geral



Caxias em Off

Jotônio Vianna

Política, Cultura & Variedades / off@jop.com.br

Situação crítica

O Complexo Hospitalar Gentil Filho (Hospital Geral Municipal) atingiu a capacidade máxima de atendimento. Além disso, nem a UPA nem o Centro Médico atendem mais os casos de covid-19. Hoje, a válvula de escape em Caxias para o combate à covid-19 é o Hospital Estadual Macrorregional. Isso significa que é crítica a situação da saúde na Princesa do Sertão. Para piorar, a rede hospitalar de Teresina (PI) também entrou em colapso. A vizinha capital piauiense era o refúgio de pacientes de Caxias com melhor situação financeira. Agora não há para onde correr neste momento... Apesar disso, as pessoas agem como se nada de anormal estivesse acontecendo. As aglomerações voltaram e se tornaram uma rotina. Difícil mesmo é encontrar cidadãos que defendam o isolamento social. Ou seja, o ambiente é propício à perda de controle da pandemia. O recente caso da contaminação de 14 servidores da Câmara Municipal foi uma espécie de aviso para o que pode estar acontecendo em outras instituições públicas e privadas locais, pois não há informações oficiais sobre isso. Dessa maneira, só contando com a sorte e a proteção divina para que não haja uma tragédia viral no município.

Leitos

O índice de ocupação de leitos destinados à covid-19 na rede pública municipal de saúde de Caxias já seria acima de 90%.

UPA

A UPA local foi descredenciada pelo governo federal e isso pode resultar na perda de repasses de mais de R\$ 360 mil ao mês para Caxias MA.

Suspensão

Continua repercutindo a informação de que a Câmara Municipal suspendeu as atividades administrativas por 15 dias, após 14 servidores testarem positivo para a covid-19.

Leitos

Antes alugados pelo governo municipal, foram desativados os 10 leitos do hospital Centro Médico destinados exclusivamente para pacientes com covid-19.

Covid-19

O estado de saúde do secretário municipal de Infraestrutura, Murilo Novais, internado desde a semana passada na UTI de um hospital em Teresina (PI) devido a complicações decorrentes da covid-19, é considerado delicado.

Comissão de Saúde

A propósito, integrantes da Comissão de Saúde da Câmara de Caxias têm sofrido duras críticas por estarem visitando supermercados, ao invés de vistoriarem a rede municipal de saúde.

Ressabiados

Ainda ressabiados pela dura derrota na eleição de 2020, na maioria, ex-candidatos a prefeito de Caxias desconversam quando o assunto é política...

Puxando conversa

...Mas já há alguns deles puxando conversa sobre a disputa de 2022 e 2024... Para 2022, claro, a luta será pela Assembleia ou a Câmara Federal.

Deputada

Falando nisso, o prefeito Fábio Gentil tem confirmado a aliados seus próximos que seu objetivo em

2022 é eleger a filha Amanda deputada federal...

Visitas

...Não bastasse isso, a própria Amanda Gentil tem visitado redutos eleitorais na zona rural e na cidade. E em todos esses lugares ela não faz cerimônia em deixar seu recado sobre suas pretensões para 2022...

Claque

...Além disso, também já há uma claque governista disseminando a pré-candidatura da rebenta Gentil em redes sociais e grupos de Zap...

Claque II

...E essa claque é basicamente a mesma que atuava em 2020 em sintonia com o comitê de campanha de Fábio Gentil, o que reforça o que o próprio prefeito tem dito aos aliados próximos sobre os planos para a filha.

Antecipação

Mas a antecipação das conversas sobre a disputa de 2022 não acontece apenas no Palácio da Cidade...

Refrega

...Como acentuado em relação a alguns ex-candidatos a prefeito acima, outros agentes políticos locais que não foram candidatos em 2020 já pensam em participar da refrega eleitoral futura...

No jogo

...Ou seja, passada a frustração da recente disputa municipal, os agentes partidários já começam a se animar para entrar no jogo que terá início em dois anos.

Vacinação

Começou a vacinação contra a covid-19 de idosos com idade a partir de 85 anos, no Ginásio de Esportes.

Boletim

O boletim de quarta-feira passada (24/02) da Prefeitura de Caxias registrava 6.916 casos e 136 óbitos pela covid-19 no município...

Recuperadas

...Ainda de acordo com o boletim oficial do governo, o número de pessoas que se recuperaram chegou a 5.750.

Gratidão e nostalgia marcam encerramento das Residências no Hospital Universitário da Ufma

Na quinta-feira (25), o Hospital Universitário da Ufma (HU-Ufma) vinculado à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Elsberh), findou mais um ciclo. Um total de 119 profissionais concluíram as Residências Médicas, Multiprofissionais em Saúde e Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial. A cerimônia aconteceu na modalidade on-line, pela plataforma Teams, e contou com a presença dos coordenadores dos programas, os gerentes e a superintendente do hospital. O HU-Ufma se configura como a maior estrutura formadora de recursos humanos para a rede de Saúde do Maranhão, tendo as Residências como eixos que sustentam o desenvolvimento da qualidade assistencial. Portanto, os sentimentos de gratidão e nostalgia estavam afluídos na sala virtual, tanto dos novos especialistas como também de seus preceptores e mestres. A coordenadora dos Programas de Residência Multiprofissional e Uniprofissional em Saúde do HU-Ufma, Maria da Socorro Alves Cardoso da Silva, reforçou a qualidade profissional dos recém-especialistas. "Esse momento é de grande satisfação para todos nós, pois sabemos do nível dos profissionais que estamos colocando no mercado de trabalho. Devemos celebrar esse processo, pois apesar do ano desafiador que tivemos, vocês conseguiram concluir com



Um total de 119 profissionais especializados foram entregues à sociedade maranhense

grande maestria. Que as lembranças e recordações do que vivemos aqui, lhe tragam forças para continuar seguindo esse caminho de sucesso". José Guarã, coordenador da Residência Médica do HU-Ufma, destacou o que motiva os profissionais a participarem do processo de Residência no HU. "As atividades procuram o hospital por diversos ângulos, mas sobretudo pela diversidade e excelência em nossos serviços e pela forma com que valorizamos o ensino, a assistência e a pesquisa. Gostaria de agradecer a todos que contribuíram para que esse momento pudesse acontecer, em especial aos preceptores, staffs e todos os membros da Administração

do hospital. Aos residentes peço que não se sintam sozinhos nessa nova fase, sintam-se abraçados por nós, o HU-Ufma sempre será a casa de vocês". A gerente de Ensino e Pesquisa do HU-Ufma, Rita Carvalhal, ressaltou a importância de respeitar o ser humano para assistir com qualidade. "Estamos entregando à sociedade 119 profissionais em 11 categorias. Cabe a vocês a missão de ser o objeto de trabalho o ser humano, respeitando suas limitações e sendo bons ouvintes em prol de uma assistência qualificada. Temos certeza de que fazemos de tudo para que esse processo resultasse em uma experiência proveitosa. Sintam-

se honrados em levar o nome da instituição, pois somos referência para todo o estado". Anna Lívia Serello da Silva, oradora e residente, agradeceu o momento e por todo ensinamento que lhe foi dado durante a residência. "Agradeço a oportunidade de representar meus colegas no final dessa jornada. É um momento de mistura de sentimentos, alegria por mais uma conquista e início de uma nova fase e tristeza pelo fim de um período que foi rico de aprendizado, sob uma supervisão solitária e competente que nos fez refletir sobre nosso compromisso. Aqui ganhamos mais um ninho para nos acolher e ter tempo antes de alcançarmos nossa independência". Para a superintendente do HU-Ufma, Joyce Santos Lages, esse momento é engrandecedor de forma pessoal e coletiva. "As vezes em momentos difíceis da vida que não podemos alcançar uma grande conquista, mas vocês são prova de que podemos realizar nossos sonhos apesar das adversidades que nos cercam. É conquista particular para cada um dos concluintes, e coletiva para nosso hospital e todo o Brasil. Gostariamos que levassem o que temos de melhor, não apenas a parte técnica, pois somos uma instituição ética, respeitosa e que procura dar à sociedade do ponto de vista do ensino e da assistência aquilo que ela tem de melhor. Agora para além do diploma, vocês carregam o selo do HU"

Imperatriz

MPMA recomenda comunicação sobre mãe que manifeste vontade de entregar filho para adoção

O Ministério Público do Maranhão expediu, em 25 de fevereiro, Recomendação a médicos, profissionais de saúde, diretores de maternidades e estabelecimentos de atenção à saúde, bem como aos membros do Conselho Tutelar, que comunique, imediatamente à Vara da Infância e da Juventude, casos de gestantes ou mães de crianças recém-nascidas que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção. O objetivo é providenciar as

medidas legais cabíveis. Também foi recomendado que os hospitais e maternidades, articulados com os órgãos municipais do setor de saúde e assistência social, desenvolvam programas ou serviços de assistência psicológica à gestante ou à mãe, no período pré e pós-natal, como forma de prevenir ou atenuar as consequências do estado de parto. Assinado pelo promotor de justiça Domingos Eduardo da Silva, o documento também indica que

o Poder Público municipal deve proporcionar às gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, bem como àqueles abandonadas por seus maridos e companheiros, assistência psicológica e jurídica, incluindo a orientação para pleitear os "alimentos gravídicos" e o ingresso com ação de investigação de paternidade. As referidas ações devem integrar uma política municipal mais ampla, destinada à assistência à família e à garantia do direito

fundamental à convivência familiar por todas as crianças e adolescentes. A política deve ter como referências as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária elaborado em conjunto pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA COLINAS/MA.

A Prefeitura Municipal de Nova Colinas, comunica aos interessados que realizará a seguinte licitação: Pregão Presencial nº 06/2021, regido pelas Leis 10.520/2002 e 8.666/93, destinada Registro de Preço para eventual contratação de serviço de transporte Rodoviários, mediante fornecimento de bilhete rodoviário e reserva de passagem, para atender as necessidades da prefeitura de Nova Colinas. A abertura dos envelopes dar-se-á, no dia 10/03/2021, às 14:30 horas, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua São Francisco, s/nº, Centro, Nova Colinas (MA), CEP: 65.808-000. O edital estará disponível no endereço acima, ou no E-mail: prefeituranovacolinascp@gmail.com das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta-feira. Nova Colinas/MA, em 18 de fevereiro de 2021. Raimundo Nonato de Paula Ribeiro, Presidente da CPL/Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRÂNDIA-MA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2021. A Prefeitura Municipal de Palmeirândia-MA, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Presencial nº 011/2021 SRP, do tipo MENOR PREÇO, tendo por objeto o Registro de Preços do tipo menor preço, para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento sob demanda de KIT ENXOVAL para atender às necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Palmeirândia-MA, no dia 09 de março de 2021, às 10:00hs (dez horas), em sua sede, na Praça Santo Antônio, nº 1, Centro, Palmeirândia-MA, sendo presidida pelo Pregoeiro desta Prefeitura Municipal. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00h (oito horas) às 13:00h (treze horas) onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtido mediante apresentação de comprovante de identidade e cópia de RG e CPF. Resma de papel A4, bem como pela internet, através de nosso endereço eletrônico www.palmeirandia.ma.gov.br. Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço ou pelo e-mail: cplpalmeirandia2021@gmail.com. Palmeirândia-MA, 25 de fevereiro de 2021. Ricardo Jorge Moraes Ribeiro Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO ESTADO DO MARANHÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021-SRP

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO, através da Prefeitura Municipal de Pinheiro-MA, por meio da Comissão Central de Licitação-CCL, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 7.892/2013 e subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão nº 004/2021-SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço, para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva/manutenção dos equipamentos com colônias, peças e acessórios, visando atender às necessidades do HOSPITAL MUNICIPAL ANTENOR ABREU, HOSPITAL MATERNO INFANTIL e CEMP, no dia 12 de março de 2021, às 09:00h (nove horas), no auditório do Conselho Central de Licitação-CCL, situado à Praça José Sarney, nº 650, Centro, Pinheiro-MA, sendo presidido pelo Pregoeiro desta Prefeitura Municipal. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00h (oito horas) às 14:30h (quatorze horas) onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos mediante o recolhimento da importância de R\$ 50,00 (cinquenta reais) feito, exclusivamente, através de Documento de Arrecadação Municipal, bem como pela internet, através do nosso endereço eletrônico www.pinheiro.ma.gov.br. Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço ou pelo e-mail: cplpinheiro@hotmail.com. Pinheiro-MA, 24 de fevereiro de 2021. Silvano José Moraes Ribeiro Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA COLINAS/MA.

A Prefeitura Municipal de Nova Colinas, comunica aos interessados que realizará a seguinte licitação: Pregão Presencial nº 06/2021, regido pelas Leis 10.520/2002 e 8.666/93, destinada Registro de Preço para eventual contratação de serviço de transporte Rodoviários, mediante fornecimento de bilhete rodoviário e reserva de passagem, para atender as necessidades da prefeitura de Nova Colinas. A abertura dos envelopes dar-se-á, no dia 10/03/2021, às 14:30 horas, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua São Francisco, s/nº, Centro, Nova Colinas (MA), CEP: 65.808-000. O edital estará disponível no endereço acima, ou no E-mail: prefeituranovacolinascp@gmail.com das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta-feira. Nova Colinas/MA, em 18 de fevereiro de 2021. Raimundo Nonato de Paula Ribeiro, Presidente da CPL/Pregoeiro.

NOTA 10



A Prefeitura de São Luís recebeu, do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA), nota máxima para a gestão da transparência dos gastos públicos

gastos públicos

walkirmarinho@gmail.com
EHORA EXTRA



Walkir Marinho

NOTA 0



Ruas da região do Jardim Tropical, em São José de Ribamar, estão tomadas pela buraqueira. Situação parecida pode ser vista na Vila Samey e Tijupá Queimado.

MPMA registrou 54 denúncias sobre irregularidades na vacinação contra Covid-19

Até esta quinta-feira, 18, a Ouvidoria do Ministério Público do Maranhão já registrou 54 denúncias de irregularidades na campanha de vacinação contra a Covid-19. O levantamento foi iniciado no dia 22 de janeiro e inclui outros registros, como consultas jurídicas (19), demandas improcedentes (4) e procedimentos que aguardam mais informações para serem consolidados (24), num total de 101 acessos referentes à vacinação.

Segundo a Ouvidoria do MPMA, após o recebimento das demandas, a Assessoria Jurídica do órgão realiza uma primeira triagem, encaminhando as denúncias às Promotorias de Justiça responsáveis. Caso seja comprovada alguma irregularidade, tanto no que

se refere ao desrespeito à ordem de prioridade para a imunização, quanto a outros procedimentos, os envolvidos podem ser punidos.

De acordo com o promotor de justiça José Márcio Maia Alves, diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais da Procuradoria Geral de Justiça, além das denúncias enviadas à Ouvidoria, as Promotorias de Justiça em todo o estado também estão recebendo diretamente denúncias sobre condutas irregulares relativas à imunização. "Há uma série de repercussões cíveis, criminais e administrativas que podem ser deflagradas pelo Ministério Público para coibir essa prática de irregularidades", apontou o promotor de justiça.

Prefeitura de São Luís iniciará operação tapa-buracos em toda cidade

O prefeito Eduardo Braide determinou à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semosp) que inicie, a partir da próxima quinta-feira (25), a operação tapa-buracos para melhorar a trafegabilidade, sobretudo nos grandes corredores de trânsito, e garantir a segurança dos condutores da capital.

Serão três frentes simultâneas de trabalhos de recuperação asfáltica para que a administração consiga trabalhar em um maior número de áreas ao mesmo tempo, na capital maranhense. A operação será iniciada pelas principais avenidas de São Luís. As equipes deverão executar serviços para tapar buracos, também, em vias menores, internas aos bairros da cidade, mas que são importantes para a fluidez de veículos em caso de intercorrências nas principais avenidas.

Os locais que receberão os serviços já foram definidos a partir de mapeamento feito pela equipe da Semosp. As primeiras vias a receberem as equipes de tapa-buracos serão as avenidas Jerônimo de Albuquerque –entre o elevado da Casa do Trabalhador e o cruzamento da Forquilha, e Daniel de La Touche – entre o retorno do Caolho até o Elevado Alcione Nazaré, na Alemanha, além das avenidas Castelo Branco e Colares Moreira, no trecho entre a ponte do São Francisco até o retorno do Comando Geral da Polícia Militar do Maranhão, a região do Turu, São Cristóvão e Cidade Operária.

"A estratégia para dar mais agilidade ao serviço vai ser a utilização de equipes,



Operação tapa-buracos será realizada emergencialmente em toda cidade de São Luís

também, no período noturno, atuando nas vias e avenidas principais. Para as vias secundárias, interbairros, que também têm uma função de escoamento de trânsito importante, estaremos atuando durante o dia. Já durante a noite, trabalharemos nas vias de maior fluxo de veículos com o objetivo de evitar maiores transtornos à população", destacou o titular da Semosp, David Col Debella.

Ainda de acordo com o titular da Semosp, a operação tapa-buracos será contínua. "Temos que respeitar os períodos de chuva para que o trabalho seja feito de forma adequada, com qualidade. Conforme as condições do tempo, estaremos com as equipes nas ruas atuando de forma efetiva para poder garantir a trafegabilidade dos veículos na cidade".

O secretário de Trânsito e

Transportes, Cláudio Ribeiro destacou como será feito o acompanhamento das atividades junto à Semosp. "A SMTT dará todo suporte necessário, no que se refere à organização do trânsito, para que a Semosp execute as ações de pavimentação nas áreas previamente demarcadas. Os agentes de trânsito estarão nesses pontos para garantir a segurança de condutores e pedestres durante a realização dos serviços, organizando o fluxo nessas vias e orientando a população sobre possíveis mudanças de rotas, caso seja necessário", disse.

Mapeamento - Para a escolha das vias que serão priorizadas, também foi considerado o levantamento da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT), indicando os locais onde o volume de buracos mais está impactando na

trafegabilidade dos veículos.

"Todo o planejamento foi delineado e mapeado em conjunto com a SMTT. Sabemos quais as principais avenidas e corredores secundários de trafegabilidade de veículos e estamos prontos, seguindo orientação do prefeito Eduardo Braide, para executar essa grande operação", destacou David Col Debella, ressaltando que, caso a necessidade do trecho desgastado seja de um reaparelamento, assim será feito.

De forma emergencial, a Prefeitura de São Luís também já realizou serviços de tapa-buracos ao longo desta semana, em que as chuvas na cidade se intensificaram. Entre as avenidas que receberam intervenção, estão a Jerônimo de Albuquerque, a Daniel de La Touche, a Litorânea e, nesta sexta-feira (19), a Carlos Cunha, no Jaracati.

QUERCEGEN AGRONEGÓCIOS

COMUNICADO - QUERCEGEN AGRONEGÓCIOS LTDA torna público, que RECEBEU da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais-SEMA em 17/12/2020 a Renovação para Uso de Água Superficial, Lat. 5°28'52.30" S Long. 45°12'55.03" O Vazão: 35m³/h durante 12h/dia. Situação à BR 226, Km 98, Barra do Corda, Estado do Maranhão, para fins de uso na Indústria, conforme dados constantes no processo nº 13289/2020.

ALTERNATIVA AGRO INDUSTRIAL

COMUNICADO - ALTERNATIVA AGRO INDUSTRIAL LTDA torna público que RECEBEU junto à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais-SEMA, em 19/02/2021, a RENOVACÃO DE OUTORGA (ROU), de dois Poços Tubulares Profundos, com coordenadas 5°26'27.86" S, 44°49'9.88" W para o poço P-01 e 5°35'27.93" S, 44°49'40.78" W para o poço P-02, localizado na Fazenda Alternativa, s/nº, Zona Rural do município de Tuntum - Ma, com uma vazão de 18m³/h por 12h/dia para o P-01 e 20m³/h por 14h/dia para o P-02, com finalidade de uso Industrial. Conforme Processo nº 131929/2020 e Nº da autorização 09524022021.

RESIDENCIAL SAN MARINO

COMUNICADO - CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SAN MARINO torna público que RECEBEU junto à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais-SEMA, em 19/02/2021, a OUTORGA DE DIREITO DE USO (ODU), de um Poço Tubular Profundo, com coordenadas 2°29' 23.50" S, 46°13'14.30" W, localizado na Avenida Mahiba Azar, 04, Quadra G, C/ho D'água, São Luís - MA, com uma vazão de 3,3m³/h por 10h/dia, com finalidade de Consumo Humano. Conforme Processo nº 121399/2020 e Nº da autorização 03773022021.

Transforme sala de aula em

SISTEMA MARISTA DE EDUCAÇÃO GRATUITO



inovação



MATRÍCULAS ABERTAS
matriculata@colmarista.org.br

FAÇA PARTE DO MUNDO MARISTA

MPMA registrou 54 denúncias sobre irregularidades na vacinação contra Covid-19

Até esta quinta-feira, 18, a Ouvidoria do **Ministério Público** do Maranhão já registrou 54 denúncias de irregularidades na campanha de vacinação contra a Covid-19. O levantamento foi iniciado no dia 22 de janeiro e inclui outros registros, como consultas jurídicas (19), demandas improcedentes (4) e procedimentos que aguardam mais informações para serem consolidados (24), num total de 101 acessos referentes à vacinação.

Segundo a Ouvidoria do **MPMA**, após o recebimento das demandas, a Assessoria Jurídica do órgão realiza uma primeira triagem, encaminhando as denúncias às Promotorias de Justiça responsáveis. Caso seja comprovada alguma irregularidade, tanto no que se refere ao desrespeito à ordem de prioridade para a imunização, quanto a outros procedimentos, os envolvidos podem ser punidos.

De acordo com o **promotor de justiça** José Márcio Maia Alves, diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais da Procuradoria Geral de Justiça, além das denúncias enviadas à Ouvidoria, as Promotorias de Justiça em todo o estado também estão recebendo diretamente denúncias sobre condutas irregulares relativas à imunização. "Há uma série de repercussões cíveis, criminais e administrativas que podem ser deflagradas pelo **Ministério Público** para coibir essa prática de irregularidades", apontou o **promotor de justiça**.

Justiça

o progresso

C1-4

Sexta, 26 de fevereiro de 2021

Fora da Pauta

Willian Marinho
williammarinho@hotmail.com

Perseguição

Prefeitos e vereadores estão ficando em fogo cruzado dado aos ataques de blogueiros e zapéiros em busca de patrocínio. Se um prefeito muda secretário é criticado, se realiza licitação cai a banda do mundo e sem não faz a mesma coisa. Aqueles que resistem a esgotosfera partem para cima com gosto de gás, impiedosos. Eles mostram serviço aos que já estão patrocinando e chegam a ponto de informar uma simples reunião de setores da prefeitura do "patrocinador", como sendo um grande fato. Quem está em grupos observa a forma com a qual é vista a mesma atitude de um prefeito colaborador e do que não é. Mesmo sendo fatos e importância igual, os caras não estão nem aí.

Casa melhor

Equipes da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, com o apoio da Secretaria de Assistência Social do município de governador Edison Lobão, estão visitando os donos de lojas da cidade, orientando sobre o cadastro para participação do programa Minha Casa Melhor, do governo do estado. O Governo do Maranhão vai distribuir um cartão de 600 reais para compra de eletrodomésticos e móveis. Todos os cadastrados no CadInico (beneficiários de programas sociais) já estão automaticamente concorrendo aos sorteios.

Comando

A deputada estadual Mical Damasceno é a nova presidente do PTB no Maranhão. A decisão partiu do presidente nacional da sigla, Roberto Jefferson, que mudou o comando do diretório estadual após o deputado federal Pedro Lucas Fernandes votar contra a decisão do partido no caso da prisão do deputado Daniel Silveira.

Brasília

Considerada aliada de primeira hora do presidente Jair Bolsonaro, a parlamentar está em Brasília, onde se reuniu com Roberto Jefferson e a vice-presidente nacional do PTB, Graziela Nicionov, para oficializar a decisão.

Tudo

Em casa. Com a ida da deputada para a presidência do PTB, o partido vai continuar na região sob a coordenação do deputado pastor José Cavalcante, que agora deverá participar mais ativamente do dia a dia do PTB.

Agemsul

"Gratidão ao Governador Flávio Dino pela confiança dada a mim para assumir a tarefa de presidir a Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste do Maranhão -

AGEMSUL. É uma honra integrar a equipe de um Governador que incansavelmente trabalha pela melhoria da qualidade de vida das pessoas. Obrigado a Deus e a todos que nos trazem energia e esperança para continuarmos firmes". Palavras do novo presidente da Agemsul, Davison Nascimento.

Fogo

Tem gente que está mais do que certo em afirmar que a mudança de comando da Agemsul teve o dedo do deputado Marco Aurélio e do secretário Clayton Noleto, presidente municipal do PCdoB, partido ao qual o novo presidente é filiado e disputou as eleições como candidato a vereador. Ou seja, para Ildon Marques, padrinho de Frederico Angelo, ficou a máxima: Rei Morto, Rei Posto.

Suspensas

As sessões ordinárias na Câmara Municipal de Açailândia estão suspensas. A suspensão visa evitar a proliferação do coronavírus, respeitando as orientações da OMS. A secretaria-geral da Câmara irá funcionar apenas com os trabalhos internos. "Reforçamos a importância da população se manter em isolamento social, usar máscaras e redobrar os cuidados com a higiene", disse o presidente Felisberto em nota.

Reflexão

"Os filhos são educados sem levar em conta que um dia eles se tornarão pais." (Johan Strindberg, dramaturgo e romancista, nascido em Estocolmo em 1849). O melhor legado a ser deixado para os filhos é a consciência que tudo tem valor e não preço; que o pão é feito para ser repartido e que a felicidade é estar em harmonia consigo, com os outros, com o mundo e com Deus. Assim, os filhos crescerão sem medo, na certeza de que amados, também semearam amor. Vamos que vamos! Dias melhores virão! Bom dia a todos!

o progresso

02 DE MARÇO DE 1976

REPRESENTANTES
Imperatriz (MA) • Araguaína (TO)
Departamento Comercial, Rua Amaranos, 55 • Imperatriz/MA • Cep: 65.911-520
Telefones: (066) 3525-7278 e 3597-0404
São Pedro (SP) • FSE Publicidade e Comunicação S/C Ltda. • R. Aepolina, 429
Cruz 409 • Pinópolis • Cep: 01533-000 • Fone: (11) 3276-9400 • Fone: (11) 3867-0371
Rio de Janeiro (RJ) • ESE Publicidade e Comunicação S/C Ltda. • Praia do
Ramarejo, 46, Sala 918 - Bl. 1º • Park Towers • Cep: 22260-000 • Fone: (21) 2775-4141
Bastia (SP) • FSE Publicidade e Comunicação S/C Ltda. • 3015 • Quilata 721
Bl. 10º • Sala 745 • Aca. Sul • Cep: 70340-000 • Fone: (61) 3259-1602

Colaborador por Jornal O PROGRESSO Ltda.
Rua Amaranos, 55 • Centro • Imperatriz • MA • Cep: 65.911-520
Registro no INPI sob o nº 823142387

o progresso não assume responsabilidade por conteúdos enviados em
cartões ou artigos assinados, como também não se dá o original de artigos, sobe ou
outros documentos arquivados por meio eletrônico, ainda que não publicados.

Vara de Execuções Penais de Imperatriz suspende atendimento e inspeções presenciais

Estão suspensos desde a segunda-feira (22), na Vara de Execuções Penais de Imperatriz, o atendimento presencial, as audiências, as inspeções judiciais e as escoltas.

A suspensão é objeto de Portaria publicada pelo juiz Mário Mesquita Reis e leva em consideração, entre outros fatores, o crescente número de casos de covid-19 dos últimos dias, notadamente na advocacia imperatrizense. O juiz considerou no documento, ainda, os recursos de tecnologia da informação e a possibilidade de realização de serviços mediante teletrabalho, preponderantes nos trabalhos executados pela unidade judicial. A suspensão deve durar 15 dias.

Ele destacou a necessidade de manter o pleno funcionamento dos serviços do Poder Judiciário do Maranhão e reduzir as possibilidades de disseminação e contágio do coronavírus causador do COVID-19, frisando as medidas já tomadas pelo Conselho

Nacional de Justiça e Tribunais Superiores. "Ficam suspensas as audiências nos próximos 15 (quinze) dias, bem como as inspeções judiciais e escoltas, estas até o dia 31 de março de 2021, com possibilidade de prorrogação (...). Ficam suspensos os atendimentos presenciais ao público externo e aos advogados entre os dias 22 de fevereiro de 2021 a 05 de março de 2021, os quais poderão entrar em contato com a Secretaria Judicial através do telefone (99) 3529-2027, devendo o pedido ser direcionado ao magistrado ou ao responsável pelo cumprimento do ato, a depender do que foi requerido", enfatiza a portaria.

RODÍZIO

O magistrado definiu um servidor, na forma de rodízio, para o cumprimento dos atos na secretaria judicial da unidade, devendo os demais servidores exercerem suas atividades na modalidade de teletrabalho.



"Os servidores ligados ao gabinete farão o trabalho pelo sistema teletrabalho com comunicação direta com este magistrado (...). Esta Portaria revoga as demais disposições em contrário, respeitando-se, ainda, as Portarias expedidas pela Secretaria Estadual de Administração Penitenciária do Maranhão (SEAP), aos Diretores de Unidades Prisionais, ao Núcleo em Imperatriz da Defensoria Pública do Estadual e à Subseção Imperatriz da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Maranhão). (Asscom - CGJ)

MPMA vai apurar oferta de educação pública no bairro Bonsucesso



Promotores de justiça inspecionaram as novas instalações da escola

Coelho Neto - Após reportagem com a menina Érica, que criou um espaço denominado Escolinha Esperança, no bairro Bonsucesso, do município de Coelho Neto, o Ministério Público do Maranhão, por meio da 1ª e da 2ª Promotoria de Justiça da referida comarca, vai apurar a situação das crianças em idade escolar e a oferta de ensino público naquela comunidade. A matéria televisiva foi elaborada pela jornalista Nayara Pinheiro e teve repercussão nacional. Conforme foi informado, a menina Érica, de 12 anos, criou o espaço, em uma casa de taipa, ao lado de sua residência, com doações e coleta de diversos materiais. O intuito foi reunir as crianças da comunidade e do entorno e entre-las com atividades recreativas e de cunho educativo.

No dia 18 de fevereiro, os promotores de justiça Elisete Pereira dos Santos e Gustavo de Oliveira Bueno visitaram o local e constatarem que a Prefeitura de Coelho Neto derrubou as edificações de taipa e construiu uma casa de alvenaria para a família de Érica e outra para abrigar o estabelecimento.

Depois da vitória, o MPMA abriu procedimento administrativo para averiguar a situação das crianças e adolescentes do bairro Bonsucesso: quantas estão em idade

crianças em idade escolar e sem certidão de nascimento, se existe infraestrutura e saneamento básico", relatou o promotor de justiça Gustavo Bueno.

O representante do Ministério Público acrescentou que o resultado do estudo vai definir se o espaço em construção vai se tornar, de fato, uma escola e se estará adequado para atender a demanda das crianças do bairro. Caso contrário, será necessária a edificação de outra unidade.

Sobre o assunto, a promotora de justiça Elisete Pereira dos Santos comentou: "A comarca de Coelho Neto revela uma possível ausência do Estado que deve ser suprida. Desta forma, a Promotoria da Infância e Educação da Comarca de Coelho Neto empreenderá esforços no sentido de iniciar diálogos com o Município para que ela e as demais crianças residentes no loteamento Bonsucesso tenham os seus direitos fundamentais, previstos na Carta Magna, devidamente respeitados pelo Poder Público."

PROCEDIMENTO

Pelo documento, o secretário Municipal de Educação

FIM DE ANO 2020 COM O CORONA.

Neste ano a nossa boca foi tapada e o nosso sorriso foi escondido ou não houve, foi proibido o tato, contato, abraço, ficamos isolados uns dos outros, restando apenas os olhos, o olhar para ser dito, falar, comunicar... se não o fizemos o ano terá realmente sido perdido. Além da instabilidade política a ser corrigida e provida pelos "bons" patriotas; talvez tenhamos que morar com o COVID19 por um tempo e possivelmente não haverá regresso à normalidade tal e qual a que vivíamos, mas não vamos tomar nossas vidas inúteis, vamos conviver com este fato, mas obedecendo/continuando com os cuidados para não expormos ao patógeno vírus, "sem paranoias", pois a contaminação com o vírus só se dá pela íntima e/ou muita proximidade entre as pessoas; e infecta aqueles com imunidade baixa. Mantenha sua vida com estes cuidados preconizados, e dentro do próximo à normalidade, em ambientes abertos e sem aglomeração. A infecção pelo corona vírus não é transmitida pelos alimentos limpos e cozidos ou pelos sapatos deixados na porta; não devemos nos apavorar, lembrem-se que podemos ter outros sintomas comuns de alergias, rinites, indigestão, etc. Até o momento, temos apenas uma certeza, um consenso: Aquilo que até bem pouco era impensável, aconteceu; neste último semestre o mundo que conhecíamos desmoronou, ruína, acabou...em breve haveremos de erguer um novo mundo a partir dos escombros e ruínas que sobram de uma sociedade combalida e doente. Um dos chamados da pandemia, talvez seja para que reaprendamos a contemplar em silêncio as obras de arte... (sem selfie, sem jôinha, sem "likes"...) Apenas a Arte, seu poder curador, e sua capacidade de trazer à tona o que há de mais belo e elevado no humano. Talvez a pandemia esteja a nos dizer: afugente o tédio de uma rotina vazia sem sentido nestes dias de travessia do deserto. "Confie em Deus, mas amarre o seu camelo" (Profeta Muhammad)

Dr.J.Peixeiro.F.

Vara de Execuções Penais de Imperatriz suspende atendimento e inspeções presenciais

Estão suspensos desde a segunda-feira (22), na Vara de Execuções Penais de Imperatriz, o atendimento presencial, as audiências, as inspeções judiciais e as escoltas.

A suspensão é objeto de Portaria publicada pelo juiz Mário Mesquita Reis e leva em consideração, entre outros fatores, o crescente número de casos de covid-19 dos últimos dias, notadamente na advocacia imperatrizense. O juiz considerou no documento, ainda, os recursos de tecnologia da informação e a possibilidade de realização de serviços mediante teletrabalho, preponderantes nos trabalhos executados pela unidade judicial. A suspensão deve durar 15 dias.

Ele destacou a necessidade de manter o pleno funcionamento dos serviços do Poder Judiciário do Maranhão e reduzir as possibilidades de disseminação e contágio do coronavírus causador do COVID-19, frisando as medidas já tomadas pelo Conselho Nacional de Justiça e Tribunais Superiores. "Ficam suspensas as audiências nos próximos 15 (quinze) dias, bem como as inspeções judiciais e escoltas, estas até o dia 31 de março de 2021, com possibilidade de prorrogação (...) Ficam suspensos os atendimentos presenciais ao público externo e aos advogados entre os dias 22 de fevereiro de 2021 a 05 de março de 2021, os quais poderão entrar em contato com a Secretaria Judicial através do telefone (99) 3529-2027, devendo o pedido ser direcionado ao magistrado ou ao responsável pelo cumprimento do ato, a depender do que foi requerido", enfatiza a portaria.

RODÍZIO O magistrado definiu um servidor, na forma de rodízio, para o cumprimento dos atos na secretaria judicial da unidade, devendo os demais servidores exercerem suas atividades na modalidade de teletrabalho.

"Os servidores ligados ao gabinete farão o trabalho pelo sistema teletrabalho com comunicação direta com este magistrado (...) Esta Portaria revoga as demais disposições em contrário, respeitando-se, ainda, as Portarias expedidas pela Secretaria Estadual de Administração Penitenciária do Maranhão (SEAP/MA)", observou o juiz no documento.

Por fim, o juiz determinou que fosse feita a devida comunicação da Portaria junto à Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Maranhão (UMF), ao **Ministério Público** Estadual, à Secretaria Estadual de Administração Penitenciária do Maranhão (SEAP), aos Diretores de Unidades Prisionais, ao Núcleo em Imperatriz da Defensoria Pública do Estadual e à Subseção Imperatriz da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Maranhão).

Site: <https://oprogressonet.com/edicao-digital/227/o-progresso--26-de-fevereiro-de-2021>

Justiça

o progresso

C1-4

Sexta, 26 de fevereiro de 2021

Fora da Pauta

Willian Marinho
williammarinho@hotmail.com

Perseguição

Prefeitos e vereadores estão ficando em fogo cruzado dado aos ataques de blogueiros e zapéiros em busca de patrocínio. Se um prefeito muda secretário é criticado, se realiza licitação cai a banda do mundo e sem não faz a mesma coisa. Aqueles que resistem a esgotosfera partem para cima com gosto de gás, impiedosos. Eles mostram serviço aos que já estão patrocinando e chegam a ponto de informar uma simples reunião de setores da prefeitura do "patrocinador", como sendo um grande fato. Quem está em grupos observa a forma com a qual é vista a mesma atitude de um prefeito colaborador e do que não é. Mesmo sendo fatos e importância igual, os caras não estão nem aí.

Casa melhor

Equipes da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, com o apoio da Secretaria de Assistência Social do município de governador Edison Lobão, estão visitando os donos de lojas da cidade, orientando sobre o cadastro para participação do programa Minha Casa Melhor, do governo do estado. O Governo do Maranhão vai distribuir um cartão de 600 reais para compra de eletrodomésticos e móveis. Todos os cadastrados no CadInico (beneficiários de programas sociais) já estão automaticamente concorrendo aos sorteios.

Comando

A deputada estadual Mical Damasceno é a nova presidente do PTB no Maranhão. A decisão partiu do presidente nacional da sigla, Roberto Jefferson, que mudou o comando do diretório estadual após o deputado federal Pedro Lucas Fernandes votar contra a decisão do partido no caso da prisão do deputado Daniel Silveira.

Brasília

Considerada aliada de primeira hora do presidente Jair Bolsonaro, a parlamentar está em Brasília, onde se reuniu com Roberto Jefferson e a vice-presidente nacional do PTB, Graziela Nicionov, para oficializar a decisão.

Tudo

Em casa. Com a ida da deputada para a presidência do PTB, o partido vai continuar na região sob a coordenação do deputado pastor José Cavalcante, que agora deverá participar mais ativamente do dia a dia do PTB.

Agemsul

"Gratidão ao Governador Flávio Dino pela confiança dada a mim para assumir a tarefa de presidir a Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste do Maranhão -

AGEMSUL. É uma honra integrar a equipe de um Governador que incansavelmente trabalha pela melhoria da qualidade de vida das pessoas. Obrigado a Deus e a todos que nos trazem energia e esperança para continuarmos firmes". Palavras do novo presidente da Agemsul, Davison Nascimento.

Fogo

Tem gente que está mais do que certo em afirmar que a mudança de comando da Agemsul teve o dedo do deputado Marco Aurélio e do secretário Clayton Noleto, presidente municipal do PCdoB, partido ao qual o novo presidente é filiado e disputou as eleições como candidato a vereador. Ou seja, para Ildon Marques, padrinho de Frederico Angelo, ficou a máxima: Rei Morto, Rei Posto.

Suspensas

As sessões ordinárias na Câmara Municipal de Açailândia estão suspensas. A suspensão visa evitar a proliferação do coronavírus, respeitando as orientações da OMS. A secretaria-geral da Câmara irá funcionar apenas com os trabalhos internos. "Reforçamos a importância da população se manter em isolamento social, usar máscaras e redobrar os cuidados com a higiene", disse o presidente Felisberto em nota.

Reflexão

"Os filhos são educados sem levar em conta que um dia eles se tornarão pais." (Johan Strindberg, dramaturgo e romancista, nascido em Estocolmo em 1849). O melhor legado a ser deixado para os filhos é a consciência que tudo tem valor e não preço; que o pão é feito para ser repartido e que a felicidade é estar em harmonia consigo, com os outros, com o mundo e com Deus. Assim, os filhos crescerão sem medo, na certeza de que amados, também semearam amor. Vamos que vamos! Dias melhores virão! Bom dia a todos!

o progresso

02 DE MARÇO DE 1976

REPRESENTANTES
Imperatriz (MA) • Araguaína (TO)
Departamento Comercial, Rua Amaranos, 55 • Imperatriz/MA • Cep: 65.911-520
Telefones: (066) 3525-7278 e 3597-0404
São Pedro (AP) • FASE Publicidade e Comunicação S/C Ltda. • R. Azeiteiras, 429
Cruz 409 • Parnaíba • Cep: 01533-000 • Fone: (11) 3276-9400 • Fone: (11) 3867-0371
Rio de Janeiro (RJ) • ESSÉ Publicidade e Comunicação S/C Ltda. • Praia do
Ramarejo, 46, Sala 918 - Bl. 1º • Park Towers • Cep: 22260-000 • Fone: (21) 2775-4141
Bomito (OP) • FASE Publicidade e Comunicação S/C Ltda. • 3015 • Quilômetro 721
Bl. 10º • São Luís • Cep: 70340-000 • Fone: (67) 3259-1602

Colaborador por Jornal O PROGRESSO Ltda.
Rua Amaranos, 55 • Centro • Imperatriz • MA • Cep: 65.911-520
Registro no INPI sob o nº 823142387

o progresso não assume responsabilidade por conteúdos enviados em
cartões ou artigos assinados, como também não se dá o original de artigos, sobe ou
outros documentos arquivados por meio magnético, desde que não publicados.

Vara de Execuções Penais de Imperatriz suspende atendimento e inspeções presenciais

Estão suspensos desde a segunda-feira (22), na Vara de Execuções Penais de Imperatriz, o atendimento presencial, as audiências, as inspeções judiciais e as escoltas.

A suspensão é objeto de Portaria publicada pelo juiz Mário Mesquita Reis e leva em consideração, entre outros fatores, o crescente número de casos de covid-19 dos últimos dias, notadamente na advocacia imperatrizense. O juiz considerou no documento, ainda, os recursos de tecnologia da informação e a possibilidade de realização de serviços mediante teletrabalho, preponderantes nos trabalhos executados pela unidade judicial. A suspensão deve durar 15 dias.

Ele destacou a necessidade de manter o pleno funcionamento dos serviços do Poder Judiciário do Maranhão e reduzir as possibilidades de disseminação e contágio do coronavírus causador do COVID-19, frisando as medidas já tomadas pelo Conselho

Nacional de Justiça e Tribunais Superiores. "Ficam suspensas as audiências nos próximos 15 (quinze) dias, bem como as inspeções judiciais e escoltas, estas até o dia 31 de março de 2021, com possibilidade de prorrogação (...). Ficam suspensos os atendimentos presenciais ao público externo e aos advogados entre os dias 22 de fevereiro de 2021 a 05 de março de 2021, os quais poderão entrar em contato com a Secretaria Judicial através do telefone (99) 3529-2027, devendo o pedido ser direcionado ao magistrado ou ao responsável pelo cumprimento do ato, a depender do que foi requerido", enfatiza a portaria.

RODÍZIO

O magistrado definiu um servidor, na forma de rodízio, para o cumprimento dos atos na secretaria judicial da unidade, devendo os demais servidores exercerem suas atividades na modalidade de teletrabalho.



"Os servidores ligados ao gabinete farão o trabalho pelo sistema teletrabalho com comunicação direta com este magistrado (...). Esta Portaria revoga as demais disposições em contrário, respeitando-se, ainda, as Portarias expedidas pela Secretaria Estadual de Administração Penitenciária do Maranhão (SEAP), aos Diretores de Unidades Prisionais, ao Núcleo em Imperatriz da Defensoria Pública do Estadual e à Subseção Imperatriz da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Maranhão). (Asscom - CGJ)

MPMA vai apurar oferta de educação pública no bairro Bonsucesso



Promotores de justiça inspecionaram as novas instalações da escola

Coelho Neto - Após reportagem com a menina Érica, que criou um espaço denominado Escolinha Esperança, no bairro Bonsucesso, do município de Coelho Neto, o Ministério Público do Maranhão, por meio da 1ª e da 2ª Promotoria de Justiça da referida comarca, vai apurar a situação das crianças em idade escolar e a oferta de ensino público naquela comunidade. A matéria televisiva foi elaborada pela jornalista Nayara Pinheiro e teve repercussão nacional. Conforme foi informado, a menina Érica, de 12 anos, criou o espaço, em uma casa de taipa, ao lado de sua residência, com doações e coleta de diversos materiais. O intuito foi reunir as crianças da comunidade e do entorno e entre-las com atividades recreativas e de cunho educativo.

No dia 18 de fevereiro, os promotores de justiça Elisete Pereira dos Santos e Gustavo de Oliveira Bueno visitaram o local e constatarem que a Prefeitura de Coelho Neto derrubou as edificações de taipa e construiu uma casa de alvenaria para a família de Érica e outra para abrigar o estabelecimento.

Depois da vitória, o MPMA abriu procedimento administrativo para averiguar a situação das crianças e adolescentes do bairro Bonsucesso: quantas estão em idade

crianças em idade escolar e sem certidão de nascimento, se existe infraestrutura e saneamento básico", relatou o promotor de justiça Gustavo Bueno.

O representante do Ministério Público acrescentou que o resultado do estudo vai definir se o espaço em construção vai se tornar, de fato, uma escola e se estará adequado para atender a demanda das crianças do bairro. Caso contrário, será necessária a edificação de outra unidade.

Sobre o assunto, a promotora de justiça Elisete Pereira dos Santos comentou: "A comarca de Coelho Neto revela uma possível ausência do Estado que deve ser suprida. Desta forma, a Promotoria da Infância e Educação da Comarca de Coelho Neto empreenderá esforços no sentido de iniciar diálogos com o Município para que ela e as demais crianças residentes no loteamento Bonsucesso tenham os seus direitos fundamentais, previstos na Carta Magna, devidamente respeitados pelo Poder Público."

PROCEDIMENTO

Pelo documento, o secretário Municipal de Educação

deve, no prazo de cinco dias, informar ao MPMA quais as unidades escolares que atendem às crianças e aos adolescentes residentes no loteamento Bonsucesso, bem como esclareça quais as modalidades de ensino adotadas para tais escolas durante a pandemia da Covid-19.

A Secretaria Municipal de Educação deve, ainda, comprovar o efetivo cumprimento das 800 horas da carga horária prevista em lei, em todas as escolas que absorvem os estudantes residentes no local.

O MPMA vai colher igualmente informações sobre a qualificação, endereço e dados escolares das crianças que frequentam a Escolinha Esperança, para que seja avaliado se existem crianças que não estejam matriculadas regularmente no sistema de ensino municipal.

Para o secretário de Estado de Educação foram solicitadas informações sobre a suposta construção de uma escola estadual no bairro Bonsucesso, conforme noticiado nas redes sociais. Foi concedido prazo de cinco dias para a entrega dos dados. (CCOM-MPMA)

FIM DE ANO 2020 COM O CORONA.

Neste ano a nossa boca foi tampada e o nosso sorriso foi escondido ou não houve, foi proibido o tato, contato, abraço, ficamos isolados uns dos outros, restando apenas os olhos, o olhar para ser dito, falar, comunicar... se não o fizemos o ano terá realmente sido perdido. Além da instabilidade política a ser corrigida e provida pelos "bons" patriotas; talvez tenhamos que morar com o COVID19 por um tempo e possivelmente não haverá regresso à normalidade tal e qual a que vivíamos, mas não vamos tomar nossas vidas inúteis, vamos conviver com este fato, mas obedecendo/continuando com os cuidados para não expormos ao patógeno vírus, "sem paranoias", pois a contaminação com o vírus só se dá pela íntima e/ou muita proximidade entre as pessoas; e infecta aqueles com imunidade baixa. Mantenha sua vida com estes cuidados preconizados, e dentro do próximo à normalidade, em ambientes abertos e sem aglomeração. A infecção pelo corona vírus não é transmitida pelos alimentos limpos e cozidos ou pelos sapatos deixados na porta; não devemos nos apavorar, lembrem-se que podemos ter outros sintomas comuns de alergias, rinites, indigestão, etc. Até o momento, temos apenas uma certeza, um consenso: Aquilo que até bem pouco era impensável, aconteceu; neste último semestre o mundo que conhecíamos desmoronou, ruína, acabou...em breve haveremos de erguer um novo mundo a partir dos escombros e ruínas que sobram de uma sociedade combalida e doente. Um dos chamados da pandemia, talvez seja para que reaprendamos a contemplar em silêncio as obras de arte... (sem selfie, sem jôinha, sem "likes"...) Apenas a Arte, seu poder curador, e sua capacidade de trazer à tona o que há de mais belo e elevado no humano. Talvez a pandemia esteja a nos dizer: afugente o tédio de uma rotina vazia sem sentido nestes dias de travessia do deserto. "Confie em Deus, mas amarre o seu camelo" (Profeta Muhammad)

Dr. J. Peixoto F.

MPMA vai apurar oferta de educação pública no bairro Bonsucesso

Coelho Neto - Após reportagem com a menina Érica, que criou um espaço denominado Escolinha Esperança, no bairro Bonsucesso, do município de Coelho Neto, o Ministério Público do Maranhão, por meio da 1ª e da 2ª Promotoria de Justiça da referida comarca, vai apurar a situação das crianças em idade escolar e a oferta de ensino público naquela comunidade.

A matéria televisiva foi elaborada pela jornalista Nayara Pinheiro e teve repercussão nacional. Conforme foi informado, a menina Érica, de 12 anos, criou o espaço, em uma casa de taipa, ao lado de sua residência, com doações e coleta de diversos materiais.

O intuito foi reunir as crianças da comunidade e do entorno e entretê-las com atividades recreativas e de cunho educativo.

No dia 18 de fevereiro, os promotores de justiça Elisete Pereira dos Santos e Gustavo de Oliveira Bueno visitaram o local e constataram que a Prefeitura de Coelho Neto derrubou as edificações de taipa e construiu uma casa de alvenaria para a família de Érica e outra para abrigar o estabelecimento.

Depois da vistoria, o **MPMA** abriu procedimento administrativo para averiguar a situação das crianças e adolescentes do bairro Bonsucesso: quantas estão em idade escolar e Promotores de justiça inspecionaram as novas instalações da escola escolar e quais possuem documento de registro, entre outras informações. O objetivo é saber se o Município de Coelho Neto oferta educação pública para o loteamento, uma obrigação constitucional, e se vai oferecer suporte pedagógico para a escolinha em construção.

"O papel do **Ministério Público**, depois da reportagem, é acompanhar o desenvolvimento da obra executada pela Prefeitura de Coelho Neto e fazer um levantamento das necessidades daquela localidade: crianças em idade escolar e sem certidão de nascimento, se existe infraestrutura e saneamento básico", relatou o **promotor de justiça** Gustavo Bueno.

O representante do **Ministério Público** acrescentou que o resultado do estudo vai definir se o espaço em construção vai se tornar, de fato, uma escola e se

estará adequado para atender a demanda das crianças do bairro. Caso contrário, será necessária a edificação de outra unidade.

Sobre o assunto, a promotora de justiça Elisete Pereira dos Santos comentou: "A comovente iniciativa da Érica revela uma possível ausência do Estado que dever ser suprida.

Desta forma, a Promotoria da Infância e Educação da Comarca de Coelho Neto empreenderá esforços no sentido de iniciar diálogos com o Município para que ela e as demais crianças residentes no loteamento Bonsucesso tenham os seus direitos fundamentais, previstos na Carta Magna, devidamente respeitados pelo Poder Público." PROCEDIMENTO Pelo documento, o secretário Municipal de Educação deve, no prazo de cinco dias, informar ao **MPMA** quais as unidades escolares que atendem às crianças e aos adolescentes residentes no loteamento Bonsucesso, bem como esclareça quais as modalidades de ensino adotadas para tais escolas durante a pandemia da Covid-19.

A Secretaria Municipal de Educação deve, ainda, comprovar o efetivo cumprimento das 800 horas da carga horária prevista em lei, em todas as escolas que absorvem os estudantes residentes no local.

O **MPMA** vai colher igualmente informações sobre a qualificação, endereço e dados escolares das crianças que frequentam a Escolinha Esperança, para que seja avaliado se existem crianças que não estejam matriculadas regularmente no sistema de ensino municipal.

Para o secretário de Estado de Educação foram solicitadas informações sobre a suposta construção de uma escola estadual no bairro Bonsucesso, conforme noticiado nas redes sociais. Foi concedido prazo de cinco dias para a entrega dos dados.

(CCOM-**MPMA**)

Site: <https://oprogressonet.com/edicao-digital/227/o-progresso--26-de-fevereiro-de-2021>

DECRETO MUNICIPAL N° 45, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe no âmbito do Município de Açailândia, sobre medidas de enfrentamento da proliferação do Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições que são conferidas pelo artigo 57, inciso IV, da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que é competência do Chefe do Poder Executivo, dentro do princípio do interesse público, e com base na Lei Orgânica do Município de Açailândia, expedir Decretos para regulamentar, resguardar e promover o bem-estar da coletividade;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 343 de 30 de junho de 2010, que dispõe sobre o Serviço de Vigilância Sanitária no âmbito municipal, especificadamente o que contempla o inciso III, do Parágrafo Único, do artigo 1º da respectiva Lei;

CONSIDERANDO que em razão do Poder de Polícia, a Administração Pública pode condicionar e restringir o exercício de liberdades individuais e o uso, gozo e disposição da propriedade, com vistas a ajustá-los aos interesses coletivos e ao bem-estar social da comunidade, em especial para garantir o direito a saúde e a redução do risco de doença e de outros agravos;

CONSIDERANDO os boletins epidemiológicos publicados pela Secretaria Municipal de Saúde dos casos de infecção por COVID-19 e do perfil da população atingida, visando a definição de medidas proporcionais ao objetivo de prevenção do contágio da COVID-19;

CONSIDERANDO o controle da taxa de ocupação de leitos nas unidades de saúde do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar, no âmbito do Município de Açailândia, as regras, procedimentos e medidas de funcionamento das atividades comerciais e públicas;

CONSIDERANDO o disposto na Súmula Vinculante 38 do Supremo Tribunal Federal - STF, que estabelece ao Município a competência para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial;

CONSIDERANDO ainda, a Decisão Judicial proferida nos autos da **Ação Civil Pública** Processo n° 0804357-70.2020.8.10.0022, ajuizada pelo **Ministério Público** Estadual do Maranhão, que determinou ao Município de Açailândia que se abstenha de autorizar eventos que importe em aglomeração massiva de pessoas.

D E C R E T A:

Art. 1º. Este Decreto dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da emergência em saúde pública, decorrentes do novo Coronavírus (COVID-19), bem como, reconhece a necessidade de manutenção da prática do

distanciamento social, como forma de evitar a transmissão comunitária do vírus.

Art. 2º. Fica estabelecido o uso obrigatório de máscaras de proteção respiratória em todo o território do Município, dentro e fora dos estabelecimentos públicos e privados, visando a redução da transmissão comunitária da COVID-19.

Parágrafo Único. É de responsabilidade dos estabelecimentos públicos e privados, nesse período:

I - estabelecer o uso obrigatório de máscaras de proteção respiratória para ingresso e permanência ao interior dos estabelecimentos previstos neste artigo, dos usuários e de seus empregados/colaboradores;

II - realizar a higienização do estabelecimento durante o funcionamento com álcool 70% (setenta por cento);

III - disponibilizar no banheiro sabão líquido, papel higiênico e papel toalha, álcool 70% (setenta por cento), além de manter os sanitários constantemente higienizados;

IV - manter obrigatoriamente a abertura da porta da frente de acesso ao local, para possibilitar a circulação de ar no ambiente;

V - colocar à disposição dos usuários e de seus empregados/colaboradores, equipamentos contendo álcool 70% (setenta por cento);

VI - adotar o monitoramento diário de sinais/sintomas do Covid-19 de seus colaboradores/empregados.

Art. 3º. A partir da data de publicação deste Decreto e durante sua vigência, as atividades a seguir

deverão funcionar da seguinte forma:

I - Cultos, missas e locais para prática de qualquer credo ou religião:

a) a livre realização de reuniões durante a semana, conforme autorização constante em alvará;

b) quando houver a realização de 02 (duas) ou mais reuniões ao dia, deverá ser respeitado o intervalo mínimo de 1h00 (uma) hora entre as reuniões e a higienização de todo o local com produto destinado a

desinfetar o ambiente;

c) as reuniões deverão ocorrer com a capacidade máxima de 50% (cinquenta por cento) de sua lotação.

II - Academias, centros de ginástica e estabelecimentos

similares deverão funcionar com a capacidade máxima de 50% (cinquenta por cento) de sua lotação.

III - restaurantes, lanchonetes, bares, lojas de conveniência e similares:

a) manter lotação máxima de 50% (cinquenta por cento) da capacidade do local;

b) deverão respeitar a distância mínima entre as mesas de atendimento de 02 (dois) metros, além da disponibilização de álcool em gel em cada mesa.

Parágrafo Único. O funcionamento dos

estabelecimentos e atividades comerciais descritas neste artigo deverão

encerrar, impreterivelmente, às 23h00 (vinte e três horas).

Art. 4º. Fica suspenso, conforme disposto na

Decisão Judicial proferida nos autos da **Ação Civil Pública** Processo n°

0804357-70.2020.8.10.0022, o funcionamento das atividades que, a exemplo das abaixo

relacionadas, possibilitem aglomeração de pessoas e proliferação do vírus:

I - casas noturnas, casa de shows, boates, danceterias,

eventos festivos e similares;

II - exposições, congressos, seminários e

similares;

III - eventos esportivos, parques de diversão,

circos e similares. Parágrafo Único. É vedado aos órgãos e entidades municipais

a emissão de ato administrativo, a qualquer destinatário, cujo objeto verse

sobre a autorização/permissão para realização das atividades especificadas

neste artigo.

Art. 5º. Fica determinado a observância do

Protocolo de Biossegurança aprovado pelo Decreto Municipal n° 41, de 18 de fevereiro

de 2021, nas instituições de ensino público e particular no âmbito deste

município.

Parágrafo Único. As instituições de ensino citadas

no caput deste artigo, deverão funcionar obedecendo a capacidade máxima de até

50% (cinquenta por cento) dos alunos em sala de aula, quando ocorrem na

modalidade presencial.

Art. 6º. Fica determinado no âmbito do serviço

público municipal que o atendimento ao público será definido pelo Secretário(a)

da pasta, conforme peculiaridades das atividades que

exercem.

Parágrafo Único. Ficam excetuados, ainda, do

disposto no caput deste artigo, os servidores da Secretaria Municipal de Saúde,

bem como dos órgãos de fiscalização municipal, que preservarão o funcionamento

dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de suas competências.

Art. 7º. O Protocolo-Geral da Prefeitura

Municipal de Açailândia, funcionará de forma presencial e/ou eletrônica

(e n d e r e ç o e l e t r ô n i c o :
protocolocentral@acailandia.ma.gov.br), de segunda à

sexta-feira, das 08h às 14h.

Art. 8º. A fiscalização do cumprimento das

recomendações previstas neste Decreto, ficará sob a responsabilidade dos órgãos

municipais de fiscalização, com apoio dos órgãos de fiscalização do Estado.

Art. 9º. Sem prejuízo da sanção penal

legalmente prevista, o descumprimento das regras dispostas neste Decreto,

ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal n° 6.437,

de 20 de agosto de 1977 e demais dispositivos aplicáveis a espécie.

Art. 10. Fica autorizada a mobilização e

disponibilização de todos os órgãos municipais, para atuarem no combate e

enfrentamento da epidemia Coronavirus (COVID-19), em auxílio à Secretaria

Municipal de Saúde.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de

sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se. Gabinete

do Prefeito Municipal de Açailândia, Estado do Maranhão, 25 (vinte e cinco)

dias do mês de fevereiro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um).

Alúcio Silva Sousa

Prefeito

Site: <https://folhadecuxa.blogspot.com/2021/02/decreto-municipal-n-45-de-25-de.html>

Ponte Metálica será interditada em Timon neste fim de semana

Ponte Metálica será interditada no final de semana
(Foto:Divulgação)

A prefeitura de Timon informou nessa quinta-feira, 25, que a Ponte Metálica será interditada no próximo sábado (27) e domingo (28), no sentido Teresina - Timon . A decisão visa conter o avanço da covid-19 nas duas cidades.

A medida vale apenas para este final de semana, mas pode ser reavaliada, caso seja necessário. Ainda de acordo com a prefeitura, uma força tarefa foi montada para realizar as fiscalizações pela cidade e punir as pessoas que insistem em desrespeitar as medidas de distanciamento social. As ações são concentradas na sexta, sábado e domingo.

A força tarefa é formada pela Guarda Civil Municipal, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Vigilância Sanitária, DMTrans, Conselho Tutelar, Polícias Civil e Militar, além do Corpo de Bombeiros e apoio do **Ministério Público** Estadual.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2021/02/26/ponte-metalica-sera-interditada-em-timon-neste-fim-de-semana/>

Justiça proíbe prefeitura de recolher lixo nas grandes empresas de São Luís

O Imparcial

Uma reunião provocada pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), ontem, pretende ajudar a encontrar uma solução para o imbróglio da suspensão da coleta de lixo nos estabelecimentos considerados grandes geradores de rejeitos na cidade, que superam a marca de 200 litros por dia, o que tem ocasionado o acúmulo de lixo em diversos pontos da capital e, conseqüentemente, transtornos para empresas, cidade e comunidade. A interrupção do recolhimento do lixo é uma decisão referente ao descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pela Prefeitura de São Luís, firmado sete anos atrás, entre o **Ministério Público** e o município, cuja obrigação é a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

A decisão proferida pelo juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, Douglas Melo Martins, inclui, entre outras medidas, a suspensão imediata da coleta de resíduos de todos os estabelecimentos que produzem mais de 200l de lixo por dia, o que inclui hotéis, bares, restaurantes, shoppings centers, centros comerciais, entre outros, já que estes, como prevê a lei de resíduos sólidos, deveriam assumir os custos de coleta de seus resíduos de forma privada, contratando uma empresa para o recolhimento e destinação adequada dos rejeitos.

Em busca de uma resolução em prol das empresas maranhenses, a FIEMA levou para a reunião da Comissão Estratégica do Conselho Temático de Meio Ambiente da Federação, a discussão sobre a proposta de um acordo para solução temporária do problema da suspensão da coleta até que as empresas possam se adequar ao cumprimento da decisão judicial e possam analisar o Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos - Lei 14.026/2020 apresentado pela Prefeitura de São Luís.

Conduzida pela presidente do Sindicato das Indústrias de Reparação Automotiva do Estado do Maranhão (Sindirepa), Leonor de Carvalho, que integra também a diretoria do conselho temático, com a participação do superintendente da FIEMA, César Miranda, e do consultor de meio ambiente da entidade, Antônio Fernandes, a reunião teve como convidado, o presidente do Comitê Gestor de Limpeza Urbana da

Prefeitura de São Luís (CGLU), Joabson Júnior, que esclareceu as dúvidas dos empresários acerca do tema, sinalizando as providências que estão sendo tomadas pelo poder municipal para o retorno das atividades de coleta, que deverá estar em consonância com o disposto na legislação.

"Nossos conselhos temáticos tem essa função, de trazer para debate os temas que são de interesse das indústrias, das empresas maranhenses, e a questão do meio ambiente se encaixa nesse aspecto, já que todas as empresas terão, também, que elaborar seus planos de gerenciamento de resíduos e organizar, armazenar, coletar e destinar corretamente os rejeitos", explicou Leonor de Carvalho. Para isso, as empresas do setor industrial estão pedindo à prefeitura que negocie com o **Ministério Público** um prazo para elaboração de seus planos de gerenciamento e também para adequação de seus espaços para o cumprimento das exigências da lei. Como encaminhamento, o presidente da CGLU se comprometeu a verificar os encaminhamentos jurídicos para resolução da questão junto ao juízo da vara de Interesse Coletivo.

A decisão que obrigou a prefeitura de São Luís a suspender a coleta, ocorrida no dia 24, indica que o município não possui de forma definida um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que explicita, de forma organizada, como a cidade lida com o lixo (coleta, armazena e destina), descumprindo, portanto, a Lei 12.305/2010.

Em razão disto, também determinou, além da suspensão imediata da coleta de resíduos de todos os estabelecimentos que se enquadram como grandes geradores de resíduos, a apresentação de listagem atualizada dessas empresas e a apresentação, em 72 horas, dos comprovantes legais de elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, assim como a comunicação pessoal de todos os fatos ao atual prefeito municipal, Eduardo Braide.

Em resposta às dúvidas dos empresários, o presidente do CGLU, Joabson Júnior, explicou, em reunião com a FIEMA, que a prefeitura teve que cumprir a decisão judicial, mas submeterá à procuradoria do município a proposta da FIEMA para a construção de uma proposta de acordo a ser apresentada ao **Ministério**

Público para a retomada da coleta provisoriamente, até que as empresas se adequem às normas legais. "Não há interesse nenhum da prefeitura em deixar de recolher os rejeitos, pois causa um impacto político, social e de saúde na cidade, em plena pandemia".

Outra questão levantada por empresários que participaram da reunião é que nem todas as empresas que tiveram a coleta de seus resíduos suspensa geram mais de 200 litros de rejeitos por dia. Para sanar esta questão o presidente do comitê sugeriu: "Essas empresas também terão que elaborar seus planos de gerenciamento de resíduos, comprovando quanto geram de lixo e como é armazenado e destinado, e apresentar junto à Semosp, no Comitê Gestor de Limpeza Urbana, para que sejam retiradas da lista e possam ter sua coleta restabelecida", explicou o representante da prefeitura.

Site: <https://oimparcial.com.br/politica/2021/02/justica-proibe-prefeitura-de-recolher-lixo-nas-grandes-empresas-de-sao-luis/>

Vara de Execuções Penais de Imperatriz suspende atendimento e inspeções presenciais

Estão suspensos desde a segunda-feira (22), na Vara de Execuções Penais de Imperatriz, o atendimento presencial, as audiências, as inspeções judiciais e as escoltas. A suspensão é objeto de Portaria publicada pelo juiz Mário Mesquita Reis e leva em consideração, entre outros fatores, o crescente número de casos de covid-19 dos últimos dias, notadamente na advocacia imperatrizense. O juiz considerou no documento, ainda, os recursos de tecnologia da informação e a possibilidade de realização de serviços mediante teletrabalho, preponderantes nos trabalhos executados pela unidade judicial. A suspensão deve durar 15 dias.

Ele destacou a necessidade de manter o pleno funcionamento dos serviços do Poder Judiciário do Maranhão e reduzir as possibilidades de disseminação e contágio do coronavírus causador do COVID-19, frisando as medidas já tomadas pelo Conselho Nacional de Justiça e Tribunais Superiores. "Ficam suspensas as audiências nos próximos 15 (quinze) dias, bem como as inspeções judiciais e escoltas, estas até o dia 31 de março de 2021, com possibilidade de prorrogação (.). Ficam suspensos os atendimentos presenciais ao público externo e aos advogados entre os dias 22 de fevereiro de 2021 a 05 de março de 2021, os quais poderão entrar em contato com a Secretaria Judicial através do telefone (99) 3529-2027, devendo o pedido ser direcionado ao magistrado ou ao responsável pelo cumprimento do ato, a depender do que foi requerido", enfatiza a portaria.

RODÍZIO

O magistrado definiu um servidor, na forma de rodízio, para o cumprimento dos atos na secretaria judicial da unidade, devendo os demais servidores exercerem suas atividades na modalidade de teletrabalho. "Os servidores ligados ao gabinete farão o trabalho pelo sistema teletrabalho com comunicação direta com este magistrado (.). Esta Portaria revoga as demais disposições em contrário, respeitando-se, ainda, as Portarias expedidas pela Secretaria Estadual de Administração Penitenciária do Maranhão (SEAP/MA)", observou o juiz no documento.

Por fim, o juiz determinou que fosse feita a devida

comunicação da Portaria junto à Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Maranhão (UMF), ao **Ministério Público** Estadual, à Secretaria Estadual de Administração Penitenciária do Maranhão (SEAP), aos Diretores de Unidades Prisionais, ao Núcleo em Imperatriz da Defensoria Pública do Estadual e à Subseção Imperatriz da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Maranhão).

Site: <https://omaranhense.com/vara-de-execucoes-penais-de-imperatriz-suspende-atendimento-e-inspecoes-presenciais/>

Daniel Oliveira realiza reunião ampliada para debater a educação privada em tempos de Covid-19

O ano letivo de 2021, na rede privada e pública de São Luís, continua sendo impactado pela pandemia da **Covid-19**. Um grande desafio para gestores públicos e toda comunidade estudantil. Com o objetivo de encontrar caminhos viáveis e seguros, o vereador Daniel Oliveira (PL) organizou, nesta quinta-feira (25), uma reunião, para debater com o segmento suas principais reivindicações e, assim, por meio do diálogo, estabelecer diretrizes para a educação ludovicense, nesse novo contexto.

"Hoje é um dia muito importante para a educação da nossa cidade. Estamos construindo, juntos, um caminho para que as nossas crianças possam voltar às **aulas**, de forma segura e, assim, primar pela saúde de todos os envolvidos no processo educacional", pontuou o parlamentar.

Estiveram presentes ao encontro, representantes de pais, funcionários de escolas privadas, professores; e dos proprietários de escolas de médio e pequeno porte. Também compareceram à reunião: os promotores de Justiça, Paulo Avelar, titular da 1ª Promotoria de Educação; Lindonjonson Gonçalves, titular da 2ª Promotoria de Educação; e o defensor público, Gustavo Ferreira, do Núcleo do Consumidor da DPE-MA. A iniciativa do vereador foi bem aceita pelos presentes.

"Essa reunião convocada pelo vereador Daniel, demonstra o compromisso do Legislativo Municipal em garantir um ambiente seguro, para que seja dada continuidade às **aulas** híbridas em São Luís. O que vimos hoje, aqui, foi uma união em prol da educação e quem sai ganhando com isso é a nossa sociedade", destacou Marcelo de Freitas Costa Rodrigues, presidente da Associação de Pais e Alunos de Instituições de Ensino do Estado do Maranhão (ASPA-MA).

O receio dos estabelecimentos de ensino de pequeno e médio porte, é que a falta de diretrizes seguras comprometa a aprendizagem e alfabetização das crianças, o sustento dos professores e trabalhadores da educação privada, e leve à falência esses estabelecimentos, que representam 80% das escolas privadas em São Luís. "Há uma defesa mundial, que

as escolas estejam abertas, porém, precisamos de segurança para todos. E essa segurança não pode ser cobrada apenas dos estabelecimentos, mas, precisa ser uma consciência conjunta, do poder público e da sociedade", enfatizou o professor Darlon Guimarães, presidente da Associação Maranhense das Escolas Particulares (AMEP-MA).

Os órgãos da Justiça presentes ao evento, destacaram a importância de iniciativas como essa, no parlamento municipal, para que haja um acesso seguro à educação. "A defensoria está atuante e vigilante, nesse momento de pandemia de **Covid** que estamos vivendo. E estamos aqui, para que possamos contribuir com o diálogo promovido pelo parlamento municipal de São Luís", comentou o defensor público estadual, Gustavo Ferreira.

Os promotores de Justiça, enfatizaram a importância da contínua atualização dos protocolos sanitários, bem como das legislações e fiscalizações, para que o processo educacional seja garantido, sem maiores transtornos aos envolvidos. "A complexidade do que estamos discutindo hoje, aqui, perpassa o compromisso de cada um de nós com o acesso à educação e à garantia ao direito à vida. O **Ministério Público** tem cumprido o seu papel institucional, e ficamos satisfeitos em saber que o legislativo municipal nos apoia e pretende criar mecanismos legislativos para nos auxiliar nessa garantia de direitos", frisou Paulo Avelar, titular da 1ª Promotoria de Educação.

Site: <https://omaranhense.com/daniel-oliveira-realiza-reuniao-ampliada-para-debater-a-educacao-privada-em-tempos-de-covid-19/>

Em Imperatriz, MP-MA recomenda comunicação sobre mãe que manifeste vontade de entregar filho para adoção

O **Ministério Público** do Maranhão expediu, em 25 de fevereiro, Recomendação a médicos, profissionais de saúde, diretores de maternidades e estabelecimentos de atenção à saúde, bem como aos integrantes do Conselho Tutelar, que comuniquem, imediatamente à Vara da Infância e da Juventude, casos de gestantes ou mães de crianças recém-nascidas que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção. O objetivo é providenciar as medidas legais cabíveis.

Também foi recomendado que os hospitais e maternidades, articulados com os órgãos municipais do setor de saúde e assistência social, desenvolvam programas ou serviços de assistência psicológica à gestante ou à mãe, no período pré e pós-natal, como forma de prevenir ou minorar as consequências do Estado de parto.

Assinado pelo **promotor de Justiça** Domingos Eduardo da Silva, o documento também indica que o Poder Público municipal deve proporcionar às gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, bem como àquelas abandonadas por seus maridos e companheiros, assistência psicológica e jurídica, incluindo a orientação para pleitear os "alimentos gravídicos" e o ingresso com ação de investigação de paternidade.

As referidas ações devem integrar uma política municipal mais ampla, destinada à assistência à família e à garantia do direito fundamental à convivência familiar por todas as crianças e adolescentes. A política deve ter como referências as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária elaborado em conjunto pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (Cnas).

Igualmente, deve estar prevista a aplicação de sanções administrativas a todos os profissionais da área de saúde com atuação em maternidades e estabelecimentos de atenção à saúde que deixem de efetuar a comunicação dos casos relativos a gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção.

A aplicação de penalidades também deve abarcar profissionais que sirvam de intermediários, sem autorização judicial expressa, à colocação de crianças e adolescentes em família substituta, com a comunicação aos Conselhos Regionais de Medicina e Enfermagem, bem como ao **Ministério Público**, para a tomada das demais medidas administrativas.

Cópias da Recomendação deverão ser afixadas em local visível nas maternidades e estabelecimentos de atenção à saúde. Se necessário, o **Ministério Público** tomará as medidas judiciais cabíveis para assegurar o fiel cumprimento da presente Recomendação.

Direitos

A Recomendação levou em consideração, entre outros fatores, as disposições legais e constitucionais que conferem direitos a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias e deveres por parte do Poder Público e entidades concessionárias de serviços públicos, dentre as quais os hospitais e maternidades particulares.

Para o MP-MA, os estabelecimentos precisam estar integrados à Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, existente no município, e desenvolver ações articuladas capazes de permitir o efetivo exercício desses direitos.

(Informações do MP-MA)

Site: http://www.blogdomarcial.com/2021/02/em-imperatriz-mp-ma-recomenda_26.html

COMITÊ QUE MONITORA A PANDEMIA DECIDE PELA MANUTENÇÃO DO DECRETO QUE RESTRINGE EVENTOS EM BACABAL

Assecom - O

Comitê de crise que monitora a pandemia de Covid-19 em Bacabal reuniu na tarde

de quinta-feira, 25, e decidiu solicitar com urgência do Governo do Estado que

augmente a oferta de leitos no hospital Laura Vasconcelos. Outra decisão foi a

manutenção em vigor do Decreto que proíbe a concessão de licença para eventos

festivos, além da intensificação da fiscalização desse decreto.

A decisão foi

tomada em uma reunião por vídeo conferência, em que participaram o

os Promotores de Justiça Thiago Candido Ribeiro e Sandra Soares Pontes, do

Ministério Público Estadual; Michael Jackson, gestor da Regional de Saúde

de Bacabal; a médica Yvanna Lopes Carvalhal, do Comitê Municipal de

Acompanhamento e Atenção das Ações de Prevenção de Combate à Covid-19 ;

James Soares, secretário de Saúde de Bacabal; Amanda Sousa, Coordenadora

do programa de imunização; Deputado estadual Roberto Costa; Bruna Lorena Paiva,

Superintendente de Vigilância Sanitária; Jessica Raiane Sobreira,

Superintendente de Vigilância em Saúde e a

Procuradora-Geral do Município,

advogada Anna Cibelle Albuquerque Braz.

As autoridades

discutiram sobre o aumento no registro de casos de pessoas infectadas pelo

coronavírus nos últimos dias em Bacabal. A conclusão é de que neste

momento existe carência de leitos de internação e UTI para pacientes da

Covid-19. Foi proposto que seja acionado o secretário de estado da Saúde,

Carlos Lula, para com ele abrir um canal de conversação a fim de que se

encontre uma solução para o problema.

Estado montou hospital de campanha que funciona como ambulatório

O secretário

Carlos Lula esteve em Bacabal nesta semana, dia 22, para dar início às

atividades do hospital de campanha montado pelo Governo do Estado. A estrutura

montada atrás do prédio da 5ª Ciretran não funciona como hospital, apenas como

ambulatório.

Foi isso o que

afirmou Michael Jackson, gestor da Regional de Saúde de Bacabal. Ele disse que

o hospital não tem suporte para internação, porque "ele vem como ambulatório,

onde o paciente é atendido, consultado e feita a medicação". Michael Jackson

disse que o hospital/ambulatório é uma extensão do hospital Laura Vasconcelos,

tem capacidade para 23 leitos e que só funciona durante o dia. Quanto a exames,

o hospital não dispõe de equipamento de raio-x e funciona como um posto de

coleta de material para exames que são processados no laboratório do hospital

Regional Laura Vasconcelos.

A Dra. Yvanna

Carvalho fez um contraponto sobre esse atendimento afirmando que a rede de

Saúde do município de Bacabal já oferecia o mesmo atendimento ambulatorial. Ela

afirmou que é preciso avançar e construir um atendimento que ofereça realmente

leitos de internação e leitos de UTI.

Todos

concordaram que a estrutura montada pelo Governo do Estado não oferece a

resolutividade adequada para a demanda que o município de Bacabal apresenta.

Funciona como uma porta de entrada para os pacientes com Covid-19 que dali são

enviados para o hospital Laura Vasconcelos ou para o hospital Veloso Costa.

Decreto continua em vigor e fiscalização mais intensa

No município de

Bacabal está em vigor o Decreto nº 704, de 1º de fevereiro de 2021. O Decreto

foi elaborado com base na Recomendação da Procuradoria Geral de Justiça. A

Recomendação REC-GPGJ - 12021, assinada pelo

Procurador-Geral de Justiça

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, diz que os Municípios, Polícia Civil, Militar e

Corpo de Bombeiros "procedam à negativa de licenças e autorizações para

festividades e demais eventos privados que possam ocasionar qualquer tipo de

aglomeração durante o período carnavalesco, bem como enquanto perdurar a

pandemia de COVID 19".

Na reunião de

ontem, a promotora Sandra Pontes reiterou essa recomendação e disse que é

preciso intensificar a fiscalização do cumprimento do Decreto. O secretário de

Saúde de Bacabal, James Soares, concordou sobre a necessidade de intensificação

e se manifestou dando conta das ações da Vigilância Sanitária que tem visitado

estabelecimentos comerciais e de diversão, para esclarecer e se necessário

notificar os transgressores.

Site:

<https://falandoseriobacabal.blogspot.com/2021/02/comite-que-monitora-pandemia-decide.html>